



DIÁRIO

da Assembleia da República

XII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2011-2012)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 11 DE JULHO DE 2012

Presidente: Ex.^{ma} Sr.^a [Maria da Assunção Andrade Esteves](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco](#)
[Rosa Maria da Silva Bastos de Horta Albernaz](#)
[Abel Lima Baptista](#)

SUMÁRIO

A Sr.^a Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 6 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa da proposta de lei n.º 83/XII (1.ª), das apreciações parlamentares n.ºs 26 a 28/XII (1.ª), do projeto de lei n.º 266/XII (1.ª) e dos projetos de resolução n.ºs 413 a 419/XII (1.ª).

Procedeu-se ao debate do estado da Nação, tendo o Sr. Primeiro-Ministro (Pedro Passos Coelho) proferido a intervenção de abertura.

Seguiram-se no uso da palavra, a diverso título, além do Sr. Primeiro-Ministro e do Sr. Ministro da Saúde (Paulo Macedo), os Srs. Deputados [António José Seguro](#) (PS), [Luís](#)

[Montenegro](#) (PSD), [Nuno Magalhães](#) (CDS-PP), [Jerónimo de Sousa](#) (PCP), [Francisco Louçã](#) (BE), [Heloísa Apolónia](#) (Os Verdes), [Teresa Leal Coelho](#) (PSD), [João Oliveira](#) (PCP), [Ana Drago](#) (BE), [António Rodrigues](#) (PSD), [Miguel Tiago](#) (PCP), [Mariana Aiveca](#) (BE), [Emídio Guerreiro](#) e [Pedro Lynce](#) (PSD), [Telmo Correia](#) (CDS-PP), [Francisco Lopes](#) (PCP), [Luís Fazenda](#) (BE), [António Serrano](#) (PS) e [Miguel Santos](#) (PSD).

A encerrar o debate, interveio o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (Paulo Portas).

A Sr.^a Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 23 minutos.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Jornalistas, está aberta a sessão.

Eram 15 horas e 6 minutos.

Podem ser abertas as galerias.

Antes de iniciarmos a ordem do dia, vou dar a palavra ao Sr. Secretário para proceder à leitura do expediente.

O Sr. **Secretário** (Duarte Pacheco): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidas pela Sr.^a Presidente, as seguintes iniciativas legislativas: proposta de lei n.º 83/XII (1.^a) — Aprova os regimes jurídicos de acesso e exercício da profissão de motorista de táxi e de certificação das respetivas entidades formadoras, que baixa à 6.^a Comissão; apreciações parlamentares n.ºs 26/XII (1.^a) — Relativa ao Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, que estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos, da avaliação dos conhecimentos e capacidades a adquirir e a desenvolver pelos alunos dos ensinos básico e secundário (PCP), que baixa à 8.^a Comissão, 27/XII (1.^a) — Relativa ao Decreto-Lei n.º 128/2012, de 21 de junho, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 113/2011, de 29 de novembro, que regula o acesso às prestações do Serviço Nacional de Saúde por parte dos utentes no que respeita ao regime das taxas moderadoras e à aplicação de regimes especiais de benefícios (PCP), que baixa à 9.^a Comissão, e 28/XII (1.^a) — Relativa ao Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, que estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos, da avaliação dos conhecimentos e capacidades a adquirir e a desenvolver pelos alunos dos ensinos básico e secundário (PS), que baixa à 8.^a Comissão; projeto de lei n.º 266/XII (1.^a) — Altera o Código de Processo Penal, estabelecendo a obrigatoriedade de assistência do arguido por defensor no inquérito e garantindo maior celeridade no julgamento da criminalidade de menor gravidade (PCP), que baixa à 1.^a Comissão; e projetos de resolução n.ºs 413/XII (1.^a) — Recomenda ao Governo a criação de um plano de emergência para o cinema (PCP), que baixa à 8.^a Comissão, 414/XII (1.^a) — Recomenda ao Governo o estabelecimento de isenção das taxas moderadoras para os cidadãos portadores de fibrose quística (PS), que baixa à 9.^a Comissão, 415/XII (1.^a) — Recomenda ao Governo que reflita no preço de venda ao público (PVP) afixado nas embalagens de medicamentos dispensados pelas farmácias de oficina a dedução obrigatória de 6% sobre o PVP máximo autorizado (BE), que baixa à 9.^a Comissão, 416/XII (1.^a) — Recomenda ao Governo a reabilitação e reintegração no Exército do Capitão de Infantaria Artur Carlos Barros Basto, que foi alvo de segregação político-religiosa no ano de 1937 (PSD, PS, CDS-PP e BE), que baixa à 3.^a Comissão, 417/XII (1.^a) — Recomenda ao Governo medidas de revitalização do emprego (PSD), que baixa à 10.^a Comissão, 418/XII (1.^a) — Recomenda ao Governo que tome medidas de valorização da família que facilitem a conciliação entre a vida familiar e a vida profissional (PSD), que baixa à 10.^a Comissão, e 419/XII (1.^a) — Recomenda ao Governo a criação de um programa de formação profissional de apoio ao emprego nos sectores da hotelaria, restauração e turismo na região do Algarve (PSD), que baixa à 10.^a Comissão.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, vamos iniciar a ordem do dia que, como sabem, consiste no debate sobre o estado da Nação.

Indicaria, como nota no guião, para informação geral, que o Governo pode acumular tempo sobranter, da fase de abertura, na fase posterior e que a ordem das perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro será a seguinte: primeiro, o PS; depois, o PSD; segue-se o CDS-PP; a seguir o PCP, o BE e Os Verdes. Esta é a ordem que está definida no guião.

Para iniciarmos o debate, dou a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro.

Tem a palavra, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Pedro Passos Coelho): — Sr.^a Presidente da Assembleia, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Dirijo-me hoje à Assembleia da República no debate anual dedicado ao estado da Nação. Este deve ser um debate clarificador num momento também ele clarificador da nossa história. Para estarmos à altura do

momento excecionalmente sério que vivemos, temos de ser claros nas nossas ideias, claros nas nossas propostas, claros na nossa visão para o futuro.

Enfrentamos uma crise grave, com contornos que não têm precedentes nas últimas décadas. Durante anos formou-se uma economia e uma sociedade agudamente dependentes do financiamento externo. Os défices, a dívida, as necessidades de financiamento, foram crescendo sem fim à vista. Durante uns tempos foram solução para todas as deficiências e para todos os adiamentos. Substituíram as decisões difíceis, o trabalho árduo e a reflexão estratégica sobre as nossas lacunas e as nossas verdadeiras necessidades. Esconderam mal as nossas carências e deixaram-nos para trás no progresso das nações. Depois, tudo isso chegou ao fim, como era inevitável.

O nosso País foi, como sabemos, vítima de todos estes desequilíbrios. Gradualmente, o País ficou refém da sua estagnação, da sua imobilização, da sua dívida. Para uma economia tão dependente dos empréstimos do exterior como era a nossa, as dificuldades no acesso ao financiamento produziram um choque violentíssimo, cujas consequências não se fizeram sentir apenas nesse instante, mas ao longo de muito tempo e afetando todos os cantos da economia e da sociedade. Acresce que os nossos problemas são o resultado de uma combinação particularmente perniciosa de desequilíbrios orçamentais, desequilíbrios externos e bloqueios estruturais. As consequências diretas e indiretas dessa combinação são os males concretos que os portugueses enfrentam todos os dias: o desemprego, as dificuldades das empresas, os sacrifícios das famílias. Não tenhamos dúvidas de que foi um embate muito violento. E que o caminho difícil que começámos a trilhar nos foi em grande medida imposto por estas circunstâncias, que os primeiros passos desse caminho devem conservar uma consciência viva dos perigos que então ameaçavam o nosso modo de vida e o nosso estado social, e que poderiam por em causa irreversivelmente as nossas aspirações como pessoas e como povo, se não atalhássemos.

Foi preciso sustentar tanto quanto possível esse embate terrível que o País sofreu. E foi preciso começar a preparar o País para nunca mais termos de passar por algo de semelhante. Tivemos recentemente a oportunidade de fazer um balanço do primeiro ano de atividades deste Governo. Foi um ano em que fomos forçados a responder a uma emergência financeira em condições progressivamente mais adversas, mas foi também um ano em que claramente expusemos a nossa visão para o futuro da economia portuguesa e um ano em que insistimos numa ideia crucial: cada resposta para emergências mais imediatas deve ser simultaneamente um elemento de uma estratégia mais ampla que nos coloque num rumo novo, mais capazes de nos adaptarmos a choques e de aproveitarmos as oportunidades do futuro.

Ao contrário de outras ocasiões na nossa história recente, tivemos de fazer tudo isto num contexto europeu de grande incerteza e num momento em que alguns dos nossos parceiros tradicionais experimentam dificuldades tremendas. Não vale a pena iludir o facto de que este ambiente internacional adverso desacelera a nossa recuperação. Mas esse facto incontornável não deve promover em nós uma atitude de resignação ou de desistência. Não deve fazer-nos remeter todas as nossas esperanças para acontecimentos mais ou menos miraculosos que porventura nos aliviassem das nossas responsabilidades e que fossem um substituto da mudança que é necessária.

Por um lado, as mudanças são imprescindíveis, se queremos olhar para o futuro com confiança e com esperança.

A agenda de reforma estrutural e a democratização da nossa economia desempenham um papel central, não só na preparação do crescimento e do emprego com bases sólidas e duradouras, mas também na edificação de um País mais justo, mais aberto, com oportunidades para todos.

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Por outro lado, temos a possibilidade e o dever de contribuir para a estabilização e para o bem do ambiente externo, em particular do contexto europeu, num diálogo que tem de conciliar os interesses de 27 democracias.

Devemos ser interlocutores nesse diálogo com a firmeza serena que permite ponderar todas as circunstâncias e todas as consequências. Com a firmeza serena que não transige no interesse nacional, nem vacila no interesse europeu. Com o nosso esforço e com a nossa participação, temos de continuar a dar um

exemplo à Europa, e podemos dizer-lhe que somos capazes de vencer as dificuldades e assumimos todas as responsabilidades de sermos um povo livre, que se governa a si mesmo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Neste âmbito, o nosso imperativo é o de agir num horizonte mais amplo do que o horizonte nacional. O último ano sinalizou, deste ponto de vista, uma orientação nova. As preocupações europeias são as nossas preocupações. Os progressos na recuperação nacional são progressos europeus. Agimos num concerto europeu de que fazemos parte, mas que não depende apenas da nossa vontade. Sobretudo, não podemos pensar que os nossos problemas devem ser resolvidos por outros. A crise europeia não pode nunca ser vista como uma entidade distante, que diz respeito aos outros, mesmo que os nossos problemas sejam também problemas comuns europeus. As responsabilidades que assumimos, e que devemos assumir, são também partes de uma resposta comum.

Desde o Verão passado que foram tomadas algumas decisões no quadro europeu para as quais Portugal contribuiu decisivamente, e que, desde que executadas com rapidez e inteligência, poderão corresponder a um passo largo para a saída da crise. Desde logo, a chamada União Bancária, que tem como propósito fundamental evitar que as dificuldades de financiamento dos Estados contagiem o financiamento normal das empresas e das famílias, os seus planos de investimento e os seus projetos de crescimento, como, de resto, tem sucedido. Pondo em curso esse processo de não-discriminação de empresas e cidadãos europeus, a União Bancária torna-se na conclusão lógica do Mercado Único. Ora, a ideia de uma união económica e financeira é a ideia de um grande espaço económico europeu, um espaço de oportunidades iguais para todos, com responsabilidades comuns, mas capaz de preservar a heterogeneidade que sempre fez parte da riqueza europeia. E é também a esta luz que o mecanismo de estabilidade europeu e o pacto orçamental devem ser vistos: como um passo importante na construção de mecanismos de responsabilidade comum para problemas comuns.

Sr.^{as} e Srs. Deputados: Um debate sobre o estado da Nação deve também ser uma oportunidade de avaliarmos as escolhas que foram feitas e de as compararmos com as alternativas de que dispúnhamos. Quando um país se depara com escolhas difíceis, a experiência mostra que estas escolhas, se adiadas ou evitadas, se tornam cada vez mais pesadas e de eficácia cada vez mais duvidosa. Muito daquilo que, apesar das dificuldades, soubemos conservar não estava adquirido à partida: a credibilidade internacional das nossas escolhas, a confiança de que estamos a obter resultados concretos e perduráveis e a redução gradual da incerteza.

Estes são bens valiosíssimos que se perdem em pouco tempo, como no passado aprendemos à nossa custa, e que se recuperam apenas com consistência na ação política e firmeza na estratégia, como estamos agora a reaprender.

São bens cujos efeitos positivos se refletem imediatamente na vida quotidiana dos portugueses, na economia e no nosso bem-estar, desde a facilitação do financiamento do Estado até à melhoria das perspetivas de investimento estrangeiro e de criação de emprego.

A Sr.^a **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A experiência recente mostra como fizemos bem em definir um rumo claro, em aceitar sem hesitação as nossas obrigações internacionais e em assumir a nossa responsabilidade para com os portugueses. É muito claro que um caminho menos responsável e mais vacilante teria conduzido a uma progressiva perda de confiança internacional nas nossas capacidades e a uma correspondente perda de controlo sobre o nosso destino. Visualizar esse caminho alternativo desastroso não requer um esforço particular de imaginação. Afinal de contas, um país pode aprender com os erros que cometeu, mas também com aqueles que, felizmente, soube evitar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Governo olha para este seu segundo ano de mandato com a determinação de quem reconhece a gravidade do momento, de quem não teme a dimensão das tarefas que estão por fazer e de quem aceita com honra e responsabilidade o mandato conferido pelo povo português.

Sabemos que a rapidez e a credibilidade do nosso ajustamento nos têm valido condições de financiamento do Estado mais favoráveis do que eram há um ano; ou uma correção do défice externo que superou todas as previsões, a ponto de agora o Banco de Portugal estimar o equilíbrio iminente da nossa balança comercial pela primeira vez desde há várias dezenas de anos. Mas também não ignoramos que a evolução do desemprego foi mais gravosa do que inicialmente se anteviu e que precisamos de combatê-lo mais eficazmente.

Sabemos que existem riscos consideráveis associados ao nosso plano de consolidação orçamental, mas também sabemos que aquilo que está mais diretamente sob o controlo do Governo, isto é, as despesas das administrações públicas e do sector empresarial do Estado, está a ser reduzido a um ritmo não menos considerável.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sabemos que para o Orçamento do Estado para 2013 teremos de desenhar medidas equivalentes, em termos de consolidação, às que foram rejeitadas pelo Tribunal Constitucional. Duas das nossas soluções foram declinadas pelo órgão que, no nosso Estado de direito, faz a interpretação soberana da Constituição. Iremos, pois, propor um Orçamento do Estado para 2013 que respeite, sem ambiguidades, a letra e o espírito da decisão do Tribunal Constitucional, o que quer dizer um Orçamento que efetue a conciliação entre, por um lado, o princípio da equidade, tal como este foi definido no acórdão, e, por outro, o cumprimento cabal do Programa de Assistência Económica e Financeira, cuja importância, de resto, o Tribunal Constitucional bem sublinhou.

No entendimento do Governo, essas soluções que tinham sido propostas para o período de vigência do Programa de Assistência atendiam mais adequadamente a todos os equilíbrios que é preciso ter em conta quando se aborda este problema em circunstâncias como as nossas. No entanto, se é inegável que a decisão do Tribunal Constitucional levanta problemas que temos de superar para alcançarmos as nossas metas orçamentais em 2013 e nos anos seguintes, também não faremos dela um pretexto para desistir ou fracassar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Serão, portanto, encontradas medidas que sirvam o mesmo objetivo orçamental e que cumpram os requisitos determinados pelo Tribunal Constitucional. Além disso, tudo faremos para que sejam o menos penalizadoras para os portugueses quanto possível e minimizaremos o impacto geral sobre a economia que elas possam ter.

Sabemos também que precisamos de manter o diálogo, como sempre temos procurado fazer, com os parceiros sociais, com as restantes instituições políticas e sociais e com os partidos políticos, em particular com o maior partido da oposição. E aqui deixo um desafio ao Partido Socialista. Um desafio para que o PS assuma as suas responsabilidades e participe construtivamente no âmbito da quinta revisão regular do Programa de Assistência Económica e Financeira e da preparação do próximo Orçamento do Estado.

O Sr. **Pedro Lynce** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Lanço este desafio em nome da responsabilidade de todos os agentes políticos, da credibilidade externa que temos vindo a recuperar e, sobretudo, do interesse comum dos portugueses.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Com o início da transformação estrutural e da democratização da economia, fica mais próximo o futuro melhor que todos ambicionamos. Os grandes objetivos que o Governo

assumiu desde a tomada de posse não serão abrandados: a diminuição das barreiras à participação de todos na vida económica; a redução das rendas excessivas, que promovem uma cultura de privilégio injustificado e acarretam custos insuportáveis para todos; a qualificação real de todos os portugueses, com uma educação de qualidade para todos e melhor formação para o emprego; a reforma da justiça; o reforço da credibilidade de todo o processo orçamental e das contas públicas; o aprofundamento de uma cultura de concorrência aberta; a criação de um ambiente regulatório mais favorável ao investimento e ao emprego; a flexibilização das nossas instituições económicas; a reforma das administrações públicas, segundo uma lógica articulada de estruturação das funções do Estado. Mas continuaremos também a reforçar a liquidez e a diversificar o financiamento da economia, dando sequência à reprogramação do QREN, regularizando os pagamentos em atraso de organismos públicos aos seus fornecedores, concluindo o processo de recapitalização dos bancos e reformando canais alternativos de financiamento das empresas, como, por exemplo, o capital de risco público. Persistiremos na proteção da sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde, intensificaremos as políticas ativas de emprego e dinamizaremos a bolsa de terras.

A visão de conjunto que tem de presidir às mudanças no País tem também de ser um resultado da disputa de ideias e de projetos políticos. Mas não pode ser sacrificada a esta disputa, antes pelo contrário. Numa sociedade democrática, a disputa de ideias e de projetos é, sobretudo, um meio. Não pode ser um fim, como tantas vezes, no calor e intensidade da discussão política, parece ser sugerido.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Cada cidadão, cada movimento político, cívico, tem a responsabilidade, quando discute o nosso futuro comum, de propor um caminho claro e de nunca esquecer as dificuldades que enfrentamos. A discussão política é um meio de garantir que todos participam num projeto comum e que este projeto comum serve o interesse de todos. Por tudo isto, e sobretudo em tempos como aqueles que estamos a viver, é ainda mais necessário não nos deixarmos seduzir pela voz da precipitação, pelas proclamações vazias, pelas falsas soluções, nem pelas «terríveis simplificações».

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Aos problemas complexos e profundos que temos pela frente deveremos responder com coragem, determinação, reflexão serena e ação metódica.

Os portugueses não devem esperar outra coisa de nós.

Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.

A Sr.^a **Presidente**: — Antes de entrarmos na primeira ronda de perguntas, informo a Câmara que se encontra na tribuna diplomática o Vice-Presidente do Bundestag alemão e alguns diplomatas, que cumprimento.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Deputados, prosseguimos com o debate, conforme a ordem que previamente indiquei.

Pelo PS, tem a palavra o Sr. Deputado António José Seguro.

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o senhor não falou sobre o estado do País. O discurso que acabámos de ouvir foi um discurso de autoavaliação, de autossatisfação e de autoelogio. Quem o ouviu, parece que tudo vai bem, mas, infelizmente para Portugal, Sr. Primeiro-Ministro, o País vai mal — vai mal e vai de mal a pior!

Aplausos do PS.

Este foi um ano em que o País andou para trás. E aquele discurso que o senhor aqui fez mostra quanto o senhor continua desligado da realidade.

Já estava desligado da realidade quando equiparou o desemprego a uma oportunidade; continua desligado da realidade com o discurso que acabámos de ouvir.

«Desça à terra», Sr. Primeiro-Ministro, e fale do nosso País e da vida real dos portugueses!

Aplausos do PS.

O Sr. Primeiro-Ministro disse que o seu Governo fez um balanço. Principal conclusão desse balanço: estamos no bom caminho. Estamos no bom caminho, Sr. Primeiro-Ministro?! Há 823 000 desempregados, mas para o Primeiro-Ministro estamos no bom caminho... Há 160 000 jovens desempregados, mas para o Primeiro-Ministro estamos no bom caminho... Há 116 000 jovens licenciados no desemprego, mas para o Primeiro-Ministro estamos no bom caminho... Há 300 000 desempregados sem subsídio de desemprego, mas para o Primeiro-Ministro estamos no bom caminho... Há mais de 70 000 portugueses a emigrar por ano, mas para o Primeiro-Ministro estamos no bom caminho... Há 3490 empresas falidas, mas para o Primeiro-Ministro estamos no bom caminho... Há 6228 famílias insolventes (só no primeiro trimestre), mas para o Primeiro-Ministro estamos no bom caminho... Há 2300 famílias que entregaram casas nos primeiros três meses deste ano, mas para o Primeiro-Ministro estamos no bom caminho... Há mais de 18 000 novos pedidos de rendimento social de inserção, mas para o Primeiro-Ministro estamos no bom caminho... Houve 11 000 jovens que ficaram sem bolsas no ensino superior, mas para o Primeiro-Ministro estamos no bom caminho... Houve menos 342 000 consultas nos cuidados primários, mas para o Primeiro-Ministro estamos no bom caminho... Houve menos receitas e mais despesas na segurança social, mas para o Primeiro-Ministro estamos no bom caminho... Há milhares de pequenas e médias empresas sem financiamento, mas para o Primeiro-Ministro estamos no bom caminho...

Isto chega para o senhor perceber que não estamos no bom caminho, Sr. Primeiro-Ministro?!

Aplausos do PS.

No bom caminho, podem ir alguns dos seus companheiros de partido, que, depois das privatizações, foram para a EDP e para a REN.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

No bom caminho, podem ir as pessoas que o senhor nomeou para a Águas de Portugal ou para a Caixa Geral de Depósitos. Mas no bom caminho não vão os portugueses, nem vai Portugal.

Aplausos do PS.

Mas há três perguntas que os portugueses lhe querem fazer, Sr. Primeiro-Ministro.

Sacrifícios exagerados, para quê? Tanta dor, para quê, quando até o défice deste ano está em perigo?

Os portugueses pagam mais caro a luz, o gás, os transportes, as consultas médicas, pagamos mais impostos, mais 100 000 portugueses perderam o emprego e nem sequer o objetivo do défice o senhor consegue alcançar!

Por todas estas razões cada português pergunta-se se e para que valem os sacrifícios que estão a fazer. Responda-lhes, Sr. Primeiro-Ministro!

Aplausos do PS.

Segunda pergunta: o que falhou na receita da austeridade a qualquer preço que o Primeiro-Ministro impôs aos portugueses? A manter-se a trajetória de execução orçamental, o que está a falhar, por sua escolha, para não cumprir o défice?

Aplausos do PS.

Termino, Sr. Primeiro-Ministro, com uma terceira pergunta: a manter-se a trajetória até ao momento, a execução orçamental aponta para uma derrapagem de 2000 milhões de euros. O Governo já veio reconhecer o seu fracasso. O Sr. Primeiro-Ministro já declarou solenemente que, enquanto for Primeiro-Ministro, recusará mais tempo para o nosso ajustamento, pois isso — pasme-se! — seria facilitismo e, na sua opinião, representaria mais sacrifício para os portugueses.

Responda, com clareza, Sr. Primeiro-Ministro: que medidas adicionais vai tomar este ano para corrigir a sua derrapagem orçamental, o seu desvio colossal?

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado António José Seguro, o Sr. Deputado não ouviu, com certeza, a intervenção que eu fiz.

Protestos do PS.

O Sr. Deputado quis ouvir algumas coisas que eu não disse, mas que suporia talvez que eu tivesse dito.

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — Já trazia escrito!

Protestos do PS.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, a única coisa que não fiz foi traçar um cenário idílico para os tempos que estamos a viver.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Deputado está convencido de que descrever de forma estática a circunstância em que nos encontramos qualifica a situação do País. Mas não qualifica, Sr. Deputado. O que qualifica e responsabiliza a execução do atual Governo, nomeadamente, do Programa de Assistência mas também do Programa do Governo, é a avaliação comparativa entre o ponto de que partimos e o ponto em que estamos hoje, é a comparação entre aquilo que temos e o que teríamos hoje se tivéssemos escolhido alternativas que foram sugeridas por outros partidos e, mesmo, se tivéssemos as dúvidas que o Sr. Deputado recorrentemente tem colocado acerca do próprio Programa de Assistência Económica e Financeira.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

E aí, Sr. Deputado, é que eu penso que poderia ter usado a sua pergunta para responder ao desafio que lhe enderecei e para esclarecer os portugueses sobre o caminho que defende.

Sr. Deputado, fazer a descrição do desemprego não é fazer a avaliação do estado da Nação.

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Não?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não, Sr. Deputado!

O Sr. Deputado sabe que entre 2008 e 2010, numa altura em que, julgo, não me responsabilizaria por esse resultado, o País perdeu mais emprego do que neste período!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS.

O Sr. **Pedro Jesus Marques** (PS): — Vale tudo!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado sabe que, quando fazemos comparações, devemos comparar o que é comparável!

Protestos do PS.

O Partido Socialista, desse ponto de vista, considera que as condições que precederam o Memorando de Entendimento eram muito mais severas do que as condições que estão de acordo com o Memorando de Entendimento. Já percebi isso!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Mas, Sr. Deputado, vamos ao essencial. O essencial é isto: este Governo, desde o primeiro minuto, mostrou total determinação para cumprir o Memorando que o Governo do Partido Socialista negociou.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado anda no espaço político há mais de meio ano a dizer que este Memorando será respeitado pelo Partido Socialista mas que precisamos de mais tempo.

O Sr. **António José Seguro** (PS): — É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Em vez de agarrar, desde a primeira hora, com determinação, a necessidade de mostrar que um País que recorreu à ajuda externa precisa de se mostrar comprometido com os termos da negociação, o Sr. Deputado descrê há muito tempo dos termos dessa negociação.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Jesus Marques** (PS): — Olhe para Espanha!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Então, o que é que o Sr. Deputado faz? Sabendo que fragiliza a opinião pública e a imagem externa do País, «dá com uma mão o que tira com a outra» e vem dizer: «Nós defenderemos sempre o cumprimento deste Memorando». Mas, depois, insinua sempre, porque o que faz há mais de meio ano, que as condições não permitem que ele possa ser executado.

Deixe-me dizer-lhe isto: eu preferiria — e tenho a certeza de que os portugueses também — que o Sr. Deputado deixasse o taticismo político e olhasse para o interesse do País...

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

... e que, em vez de ficar à espera que alguma coisa corra mal, escolhesse, e espero que escolha, a determinação em ajudar a criar condições de confiança para que aquilo que foi negociado se cumpra e de acordo com as metas que foram fixadas.

A Sr.^a **Presidente**: — Queira terminar, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Vou concluir, Sr.^a Presidente.

Sr. Deputado, o que espero, portanto — e o País também —, não é que o Partido Socialista descreva a crise que vivemos, porque isso já estávamos habituados a ouvir da boca dos Deputados da extrema-esquerda parlamentar, mas que o Partido Socialista assuma as suas responsabilidades dizendo se este programa é para cumprir, quais são as alternativas que o Partido Socialista apresenta no quadro desse programa para que as metas sejam atingidas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

E, Sr. Deputado, pode ter a certeza de que o Governo e a maioria que o suporta não poderão estar mais abertos à participação do Partido Socialista na preparação quer do Orçamento do Estado para 2013 quer da quinta reavaliação que se vai fazer do nosso Programa de Assistência Económica e Financeira.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para formular perguntas, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Montenegro.

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, vamos começar este debate precisamente por um tema que o Sr. Deputado António José Seguro avançou na sua intervenção.

O Sr. Deputado António José Seguro quis criticar o caminho que o País e o Governo seguiram no último ano e fazer crer que todas as dificuldades e todos os receios que afetam a nossa população tiveram origem nas medidas de austeridade deste Governo e no elevado número de desempregados que temos no nosso País.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, tal como V. Ex.^a adiantou, é bom recordar que o flagelo do desemprego não é um problema de hoje. Entre 2008 e 2010, perderam-se cerca de 300 000 empregos em Portugal, numa altura em que o Governo de então, em vez de enfrentar a situação, prometia mais 150 000 novos postos de trabalho.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Para gerar emprego, de facto, é preciso consolidar as contas públicas, é preciso estimular a atividade económica e é preciso, com sempre dissemos, cortar na despesa pública.

Sr. Primeiro-Ministro, estamos a efetuar cortes nos principais serviços públicos. Com a reestruturação, por exemplo, na área da saúde, estamos a poupar com medidas que podiam e deviam ter sido tomadas há muito tempo cerca de 350 milhões de euros por ano...

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — ... e na energia, estamos a poupar cerca de 180 milhões de euros por ano. Só nestes dois setores estamos a falar de qualquer coisa como 600 milhões de euros por ano.

Sr. Primeiro-Ministro, se estas medidas tivessem sido tomadas há quatro ou cinco anos, teria sido necessário tomar medidas tão castigadoras para a vida das pessoas como as que tivemos de tomar, Sr. Primeiro-Ministro?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Como diria o outro, «é só fazer as contas». Se tivessem sido efetuadas poupanças anuais de várias centenas de milhões de euros, não teríamos tido necessidade de cortar os subsídios de Natal e de férias aos funcionários públicos e aos pensionistas, Sr. Primeiro-Ministro!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Mas, Sr. Primeiro-Ministro, chega a ser conflagrador ver o líder do Partido Socialista falar dos reflexos da austeridade — a austeridade que estamos a implementar e que tem tido sucessivas avaliações positivas no que concerne ao caminho que estamos a seguir, um caminho de credibilidade do Estado, um caminho de cumprimento das nossas obrigações e um caminho de transformação estrutural de Portugal.

E a tal austeridade inteligente do Partido Socialista, aquela que foi promovida em 2010 e 2011? Já se esqueceram do aumento do IVA de 20% para 21% e, depois, de 21% para 23%, ou do aumento do IRS nos 3.º e 4.º escalões, ou da redução do subsídio de desemprego, ou da introdução das portagens nas SCUT, ou da baixa de salários da Administração Pública, ou do congelamento das progressões e das promoções na Administração Pública, ou do congelamento das pensões mínimas,...

O Sr. **Pedro Lynce** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — ... ou da retirada do abono de família?

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Aprovaram tudo!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Qual foi o resultado, qual foi o reflexo desta política de austeridade?

Chegámos a 2011 e adiando, como sempre fez o Partido Socialista, foi de «mão estendida» pedir ajuda para podermos cumprir as nossas obrigações. Esse foi o resultado da austeridade do Partido Socialista, Sr. Primeiro-Ministro!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Num ano foi possível restaurar a credibilidade em Portugal.

Protestos do PS.

É verdade! Os senhores gostam muito de falar da submissão hipotética do Governo português a algumas diretrizes, mas quero aqui recordar que a vossa «credibilidade» era a que decorria de cada viagem que o anterior Primeiro-Ministro fazia a Berlim ou a Bruxelas, após o que mais um pacote de austeridade era imposto aos portugueses!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Era essa «credibilidade» que os senhores tinham e que hoje foi recuperada, Sr.^{as} e Srs. Deputados!

Com o atual Governo, foram lançadas várias reformas estruturais, e o Partido Socialista não quis falar delas, na administração pública, na saúde, na educação, nos transportes, na administração local, tudo compromissos que também deviam comprometer o Partido Socialista. Porém, o líder do Partido Socialista ignorou, neste estado da Nação, o caminho que nós percorremos.

Sr. Primeiro-Ministro, é verdade que também temos preocupações, é verdade que o caminho é difícil, sempre o dissemos, mas também é verdade que prometemos e cumprimos. Não deixámos ninguém para trás,...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — ... implementámos um programa de emergência social que não deixou ninguém para trás. Também é verdade que conseguimos, neste ano, fruto da recuperação da nossa credibilidade, ter juros mais baixos quando temos necessidade de nos financiar.

Temos, hoje, mais respeitabilidade, Sr. Primeiro-Ministro, e esse é um bem essencial, e temos também um povo que partilha desta vontade de mudar o tecido económico, de reestruturar, de transformar o País. Daí

alguns resultados positivos, que são conhecidos, de pequenas e médias empresas do nosso País ao nível, por exemplo, da adaptação a novos mercados. Isto configura, sabemos hoje, um dado muito positivo, que é o crescimento das nossas exportações.

A Sr.^a **Presidente**: — Queira terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — O caminho é difícil, Sr. Primeiro-Ministro, mas o caminho fácil foi o que nos levou à ajuda externa.

Vozes do PSD: — Bem lembrado!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, é bom que o País hoje tenha aqui em confronto duas visões, dois caminhos, e perceba qual vai ser o resultado que vai levar a definição do caminho que nós escolhemos.

A Sr.^a **Presidente**: — Queira terminar.

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — E a definição do caminho que nós escolhemos, Sr. Primeiro-Ministro, só pode dar um resultado: não mais vai ser preciso recorrer à ajuda externa para cumprirmos as nossas obrigações e garantirmos o estado social aos nossos cidadãos e às nossas instituições.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, quero dizer ao Sr. Deputado Luís Montenegro apenas o seguinte: o Governo, ao contrário do que foi sugerido pelo Sr. Deputado António José Seguro, não põe em causa a execução do Orçamento nem as metas orçamentais.

Quero aproveitar esta oportunidade para dizer ao Sr. Deputado e, por seu intermédio, a toda a Câmara e ao País que o Governo está atento aos riscos orçamentais que ficaram evidenciados a partir do Boletim que foi divulgado em junho e que reporta a maio quanto à execução orçamental e aos dados que no mesmo sentido apareceram em Contas Nacionais respeitantes ao défice do 1.º trimestre. Ninguém disse que não havia riscos orçamentais. O que quero dizer aos portugueses é que os riscos orçamentais não são, para nós, uma fatalidade que se converte num erro ou numa derrapagem, como disse o Sr. Deputado António José Seguro.

O Sr. **Carlos Zorrinho** (PS): — Então, o que é?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Seria assim se o Governo não fosse um agente dinâmico e interventor.

O Governo está atento ao que está a passar-se, sabe muito bem quais são os riscos, identificou-os, e está a atuar no sentido de corrigir e de minimizar esses erros — de resto, o Sr. Ministro das Finanças já o disse com toda a clareza. Dentro do que é a execução orçamental e do que está ao nosso alcance, tudo faremos para que as metas que estão definidas sejam atingidas.

Portanto, a ideia de que o nosso objetivo está perdido, de que há uma austeridade que é excessiva, embora ninguém a tivesse acrescentado com gosto para obter metas mais favoráveis, que é uma coisa que às vezes se esquece... Dá a impressão de que o Governo quis que o processo de ajustamento fosse mais rápido, que acontecesse mais depressa, que, em vez de ser em três anos, pudesse ser em dois, que se fixassem metas para o défice muito mais ambiciosas e que, por isso, lançou mão de medidas de austeridade que nos permitissem atingir essas novas metas mais ambiciosas mais depressa... Mas, afinal, aquilo que o Partido Socialista dizia no ano passado sobre as «almofadas» orçamentais parece que hoje, no pensamento do líder socialista, não são suficientes para segurar a execução do Orçamento, mesmo atendendo ao comportamento que a despesa pública tem tido, abaixo daquilo que estava previsto.

Portanto, Sr. Deputado, nós encararemos todas as dificuldades, sinais e riscos que vemos não para desistir e para dizer que está tudo em causa, mas para dizer aos portugueses que reagiremos com convicção e determinação para que os objetivos a que nos propusemos sejam atingíveis, e sê-lo-ão.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Na ordem das perguntas, segue-se o Sr. Deputado Nuno Magalhães, a quem dou a palavra.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, este é o debate sobre o estado de uma Nação um ano depois de essa mesma Nação estar em situação de bancarrota e incapaz de fazer face a despesas correntes do Estado para funções essenciais.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — É por isso importante lembrar aquilo que deu o anterior caminho, que foi à bancarrota, e nós esperamos, como muito bem disse o Sr. Primeiro-Ministro, que isso nunca mais volte a suceder.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

E sendo o debate de uma Nação que está sob assistência financeira externa para fazer face a despesas correntes do Estado, como disse, é necessariamente um debate condicionado. Mas isso não nos deve, antes pelo contrário, impedir de fazer um balanço e de perspetivar o futuro.

Quanto ao balanço, Sr. Primeiro-Ministro, parece-nos que são de assinalar alguns aspetos que, neste ano, foram conseguidos melhorar em relação ao ano transato. Desde logo, a perceção externa da imagem de Portugal, outrora como País incumpridor, hoje como exemplo de cumprimento da palavra dada internacionalmente, negociada por outros, assinada também por mais partidos, mas que hoje é visto como um caso exemplar de quem cumpre a palavra.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Isso é positivo não só no plano ético ou moral mas também porque tem efeitos práticos na confiança que gera nos investidores e nos mercados, tendo também um efeito positivo na vida dos portugueses.

Vozes do CDS-PP: — Claro!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Neste balanço, também quero dizer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que foram feitas reformas — e, aí sim, este Governo foi para além do Memorando assinado com a troica — em áreas que há muito eram reclamadas e que há muito eram adiadas.

Na justiça...

Vozes do PS: — Ah...!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Sim, na justiça, tornando-a, nomeadamente, na área económica, mais atrativa para o investimento externo. Não é possível investir num País em que para obter uma decisão demora anos. Torná-la mais atrativa é fundamental para a tal recuperação económica que é preciso.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Também na justiça penal, na saúde, nomeadamente, com a política do medicamento, com os genéricos ou com a unidose; na educação, ainda assim e em paz nas escolas foi possível melhorar a autoridade dos professores; na administração pública, com o programa PREMAC, com a redução dos institutos públicos, de empresas públicas, de cargos dirigentes; na segurança social, com o descongelamento de pensões mínimas sociais e rurais ou com o Plano de Emergência Social, que não esquece uma ética social para os mais carenciados.

São medidas difíceis as que tivemos de tomar.

Protestos do PS.

Sei que vos custa ouvir as reformas deste Governo, mas, se me dão licença, Srs. Deputados do Partido Socialista...

Protestos do PS.

Para surpresa, se calhar, dos Srs. Deputados do Partido Socialista, que estavam habituados a, noutro tempo, só falarem das coisas positivas, vou falar de coisas negativas, Sr. Primeiro-Ministro,...

Vozes do PS: — Oh...!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — ... e dizer-lhe que nos preocupa — e este é o maior desafio e flagelo social que este Governo tem de enfrentar — a taxa de desemprego, porque este Governo assumiu, ao contrário de outras práticas, como tendo sido subestimada. E, Sr. Primeiro-Ministro, numa perspetiva de futuro, a nosso ver, o principal desafio é a recuperação da nossa economia e daí um sinal de esperança é preciso ser dado.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, neste balanço e nesta perspetiva de futuro, a título partidário e em nome do CDS, gostaria de sublinhar duas notas de atualidade que nos parecem da maior relevância, sendo uma de preocupação e outra de satisfação.

A de preocupação tem a ver com o recente acórdão do Tribunal Constitucional. Já o disse, e repito: num Estado de direito democrático, as decisões dos tribunais respeitam-se e acatam-se, mas também numa democracia não há nenhum órgão do Estado que não possa ser objeto de escrutínio, ou de opinião, ou de reflexão.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, gostava de lhe deixar duas perguntas. Em primeiro lugar, dada a decisão do Tribunal Constitucional e sendo o Tribunal Constitucional um órgão do Estado, terá consciência de que a sua decisão pode pôr em causa compromissos que o Estado português justamente assumiu em nome do Estado.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

Protestos da Deputada do PS Isabel Alves Moreira.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDP-PP): — Isso é ou não relevante na perspetiva do escrutínio e da opinião, que é tão legítima no respeito que temos pelas decisões dos tribunais como é legítima no escrutínio que qualquer órgão do Estado merece?

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDP-PP): — Em segundo lugar, Sr. Primeiro-Ministro, quero dizer-lhe que nos parece que, ao invocar-se uma igualdade absoluta entre o público e o privado, não parece ter-se em conta que

no setor privado há mais trabalhadores com salários mais baixos e, sobretudo, mais desemprego. Isto não lhe parece relevante, Sr. Primeiro-Ministro? Induzir numa decisão a extensão dos cortes dos subsídios que foram feitos no setor público ao setor privado poderá ou não, Sr. Primeiro-Ministro, prolongar a recessão económica em que estamos e torná-la ainda mais pronunciada e mais duradoura?

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — E a ser assim, tomando estas decisões, estará ou não este acórdão, na prática, a assumir poderes orçamentais?

Protestos da Deputada do PS Isabel Alves Moreira.

São meditações e reflexões importantes para o tal futuro e para a busca de soluções — e é do futuro que estou a falar — que gostaria de deixar.

A Sr.^a **Presidente:** — Queira terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Vou concluir, Sr.^a Presidente.

A nota de satisfação é para lhe dizer, Sr. Primeiro-Ministro, que, como é evidente, também nos congratulamos com o aumento das exportações face ao ano anterior, numa conjuntura difícil em que os nossos principais mercados também estão a ter dificuldades, e, sobretudo, com este equilíbrio que foi conseguido da balança comercial portuguesa, que, a nosso ver, é a reforma das reformas e absolutamente essencial para o futuro dos portugueses.

É evidente que acreditamos numa economia social de mercado e por isso o mérito é das empresas, dos empresários e dos empregadores — não tenhamos qualquer tipo de dúvidas. Mas cremos que o Estado pode ter um papel catalisador e desbloqueador de incentivo a este tipo de exportações.

É esse o mérito que gostaria de sublinhar frisando, nesse mérito e nesse aumento de exportações, o esforço e o sentido patriótico com que os portugueses têm encarado este ano de dificuldades. Todavia, é preciso dizer-lhes também que vai valer a pena.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a **Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Nuno Magalhães, acompanhando muitas das preocupações que enunciou, há uma relativamente à qual não quero nesta altura, como Primeiro-Ministro, acrescentar qualquer reflexão.

Reconheci, na minha intervenção inicial, que a consequência que decorre da deliberação do Tribunal Constitucional constitui uma dificuldade e uma incerteza com a qual, no entanto, teremos de lidar.

Acompanho o Sr. Deputado quando diz que não há nenhum órgão, mesmo um tribunal, que não esteja dentro do escrutínio democrático e que, portanto, não possa ser discutida a sua decisão, mas eu não vou discuti-la como Primeiro-Ministro.

Julgo, e reafirmei-o, que a solução que tinha apresentado ao País no Orçamento do Estado para 2012 servia melhor a equidade e também a necessidade de alcançar um equilíbrio entre medidas que têm um impacto sobre o crescimento da atividade económica e medidas que têm sempre um efeito recessivo sobre a economia, mas, como é evidente, e isso está nos fundamentos da solução que vinha no Orçamento do Estado, nós entendemos que o universo público não é comparável ao universo privado. Mas, Sr. Deputado, não vou discutir o acórdão do Tribunal Constitucional.

Aproveito para reafirmar que não encontraremos nele um pretexto para dizer: pronto, sendo assim não é possível, sendo assim não vamos poder cumprir as nossas netas, sendo assim já não vai ser possível, no quadro do que está previsto no Memorando de Entendimento, fazer todo o processo de ajustamento. Faremos exatamente o contrário.

Como desde a primeira hora, encararemos esta questão como uma dificuldade que vamos ultrapassar e vamos redobrar o nosso esforço para, com o menor impacto possível e, evidentemente, procurando que ela seja o menos penalizadora possível para as pessoas, encontrar uma outra medida que lhe possa suceder para garantir que, em 2013 e anos seguintes, atingiremos as nossas metas.

Uma palavra final, Sr. Deputado, para dizer que aproveito para contrariar um certo clima de pessimismo e de negativismo que se vem instalando no debate político em Portugal. Ninguém disse que este ano ia ser um ano fácil. Nunca ninguém me ouviu dizer que isto eram «favas contadas», que o processo de ajustamento era indolor e que se poderia fazer sem consequências sociais. Nunca ninguém me ouviu dizer tal; antes pelo contrário.

O Sr. **Pedro Jesus Marques** (PS): — O Carlos Moedas dizia!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Muitas vezes, acusaram-me de ser demasiado portador de más notícias e de não trazer uma mensagem de esperança ao País.

Quero, hoje, dizer ao País que há todos os motivos para ter esperança. Nós não estamos, hoje, em piores condições de avaliar a execução do nosso programa. A razão porque estamos em melhores condições para poder melhorar o nosso programa, para poder melhorar a nossa execução e cumprir os nossos objetivos é, justamente, porque, desde o início, a nossa predisposição foi a de gerar confiança e dizer que íamos cumprir. E dentro do limite das nossas possibilidades é isso que continuaremos a fazer, porque é isso que os portugueses merecem.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para formular perguntas, tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, um debate sobre o estado da Nação é o tema para o qual fomos convocados. Importará saber sob que ângulo, qual o método de análise e em que tempo sustentamos a nossa visão do estado e do estádio em que o País se encontra.

Optámos por trazer à Assembleia da República a realidade, dobrado que foi um ano de Governo PSD/CDS-PP, coisa que esteve ausente no seu discurso inicial, essa realidade, esse País real,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — É verdade!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — ... que, na sua intervenção, não existe. Obviamente que pode invocar o passado recente e as culpas próprias do governo anterior, mas já agora faria bem lembrar outros governos, designadamente aqueles da responsabilidade do PSD, que nos fizeram chegar a este estado de coisas.

Não «limpe as mãos à parede»! Foi o PSD, naturalmente, com o PS e com ou sem o CDS que nos levaram a esta situação.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Importa sabermos, de qualquer forma, onde estamos e para onde vamos, partindo da realidade concreta e da sua evolução. Coloco, Sr. Ministro, sete elementos de análise objetiva à realidade que vivemos.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Passado um ano, há mais injustiças e exploração, há mais desemprego, há mais pobreza, há mais recessão económica, há menos soberania, estamos mais endividados e mais dependentes.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Junto aqui um elemento de carácter subjetivo, cada vez mais palpável, infelizmente, que transformo numa acusação ao Governo: a negação às novas gerações de construírem o seu futuro com segurança e com esperança no País que é o seu.

Aplausos do PCP.

É verdade que a difusão da ideologia das inevitabilidades, da ideia de que tínhamos de ficar pior para, depois, ficarmos melhor, mais à frente, levou à neutralização de muita gente.

Exercitando e usando o pacto de agressão, denominado de Memorando ou de mal chamada ajuda externa e salvo a imunidade do capital financeiro e dos grupos económicos, este Governo, praticamente, onde tocou estragou.

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Há quem afirme que o estado da Nação é de um País em direção a um falhanço colossal em resultado da incompetência de um Governo e de uma falta de conhecimento da realidade do País. Não acompanhemos essa ideia, não lhe passo um estatuto de incompetente, porque isso seria subestimar e escamotear a questão essencial: faz assim, pratica a política que pratica por opção, traduzida na sua expressão «custe o que custar».

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Na opção de fundo pelo aprofundamento de um modelo de desenvolvimento assente nos baixos salários, na degradação brutal do valor dos rendimentos do trabalho, na negação dos direitos sociais e laborais essenciais à dignificação do trabalho e dos trabalhadores, na opção e nas políticas contra o direito à saúde e o Serviço Nacional de Saúde, que deveriam garantir, contra a escola pública e o direito à educação, contra a segurança social pública universal e solidária, contra o direito à habitação, contra o poder local e as populações, contra o acesso à justiça, contra os serviços públicos.

Na opção e nas políticas do «quanto pior, melhor», quanto pior para os trabalhadores, para a juventude, para os homens da ciência, das artes, da cultura, para os reformados e pensionistas, para os pequenos agricultores e empresários, para os elementos das forças de segurança, dos militares, melhor para os grandes grupos económicos e para os senhores do dinheiro,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — ... melhor para a sua estratégia em curso de desmantelamento e subversão das funções sociais do Estado e dos direitos de todo um povo.

Quanto pior mercado laboral, com mais desemprego e mais «lei da selva» nas relações laborais, mais baixos salários, piores reformas, mais exploração, quanto mais austeridade para o povo, mais afundamento da economia, mais défice, mais impostos e mais imposições e sacrifícios para as populações.

É por isso que o estado da Nação é hoje uma realidade mais preocupante do que era há um ano atrás e isso é ineludível. E o que é dramático nesta caminhada para o desastre do retrocesso social e declínio nacional é o facto de o Governo persistir, persistir e persistir neste rumo, a pensar onde é que pode impor mais sacrifícios aos mais sacrificados, com espírito de cruzada, não para resolver os problemas nacionais mas para acelerar a transferência de património e verbas colossais para os intocáveis, para o grande capital financeiro, para os grupos económicos.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — É pela tomada de consciência desta realidade, desta demanda do Governo que mais setores, classes e camadas sociais expressam a sua revolta, a sua indignação, o seu

protesto e a sua luta, onde se alicerça a construção da política alternativa a esta política do passado que nos está a levar ao «País do nunca».

Sim, Sr. Primeiro-Ministro, nós sabemos: é mais fácil destruir, como os senhores estão a fazer, do que construir. Pode pensar que está a ganhar com o País a perder, mas sem otimismo histórico temos a convicção e a confiança em que, mais cedo do que tarde, o País ganhará com a vossa derrota. Basta o povo português querer. Julgará que não, pergunto-lhe mesmo se acha que não,...

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Deputado tem de terminar.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — ... mas, talvez fruto da experiência ao longo de muitos anos nestes debates, não se iluda com os aplausos, não se iluda com aquilo que está aqui a dizer e a ver. Já vi maiores maiorias e com mais calorosos aplausos que acabaram por ser derrotadas, porque lá fora o mundo move-se.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, muito obrigado. Não sei se o surpreende que lhe diga que encontrei a sua intervenção mais serena e objetiva do que algumas outras que aqui ouvi, o que não era tão habitual. Quero cumprimentá-lo, por isso, Sr. Deputado.

Podemos ter divergências políticas sérias, e é manifesto que temos, podemos ter conceções inteiramente diferentes, e temos. No entanto, o jogo de lançar intenções ou suspeitas de intenção uns sobre os outros não dignifica o debate parlamentar.

Admito que o Sr. Deputado esteja convencido que a alternativa que o Partido Comunista Português tem defendido seja melhor para Portugal, mas não o acompanho nessa ideia e vou justamente dizer que também estou interessado em não negar às novas gerações o seu direito de construir um futuro mais livre.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Está-se a ver!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, é por isso que não podemos endossar às gerações futuras um peso, uma dívida e um desregramento herdado das gerações atuais e passadas.

Essa é a razão por que entendo que o Estado deve impor limites às escolhas dos governos, independentemente de podermos pensar que o Estado possa ter mais ativismo ou menos ativismo, possa levar políticas públicas mais longe ou menos longe, apostar mais no setor público ou deixar mais recursos para a economia privada, independentemente disso, não temos o direito de endossar, qualquer que seja a nossa visão sobre esse ponto, um condicionamento como aquele que nesta altura está a acontecer às gerações futuras.

E não é só às gerações futuras, Sr. Deputado. A verdade é que já as gerações presentes estão a pagar um preço muito elevado, e não estou a falar apenas dos juros da dívida pública, estou a falar das grandes restrições que temos de fazer justamente para poder voltar a ter financiamento externo em condições razoáveis para o Estado, coisa a que perdemos direito há um ano atrás.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Quando é que isso vai ser?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portanto, Sr. Deputado, defendemos uma política de ajustamento da nossa economia e de correção dos nossos desequilíbrios porque queremos salvar o nosso Estado social, justamente porque os cidadãos têm direito à realização dos seus direitos sociais, seja na educação, seja na saúde, e não há direito que o Estado se coloque em tal posição que não tenho meios de os poder realizar e concretizar, como, de resto, esteve bem patente ainda há um ano atrás.

Portanto, Sr. Deputado, não me iludo — ou procuro não me iludir — com coisa alguma, pelo contrário, procuro olhar para a realidade com muita atenção e, Sr. Deputado, isso é o que o atual Governo tem vindo a fazer, ou seja, olhar para esta realidade e transformá-la, de modo a que os portugueses não se vejam

novamente confrontados, como no passado, com a necessidade de, com urgência, pedir meios de que não dispunham para pagar salários, pensões, o direito à educação, o direito à saúde e à segurança social.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Se já não houver direitos não é preciso pagar!

A Sr.^a **Presidente**: — Para formular perguntas, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, no início da sua intervenção, disse que hoje viveríamos um momento clarificador.

Claro que alguns dos seus apoiantes poderiam pensar que seria, então, o momento de anunciar uma remodelação governamental, visto que tem um Governo, um ano depois, paralisado pelas suas intrigas internas.

Quando os portugueses olham para este Governo, o que eles veem é que, num ano, mais do que tudo, houve um «boysmo» frenético, uma enorme energia daqueles afilhados que quiseram a administração da Águas de Portugal, a administração da EDP, a administração da Caixa Geral de Depósitos, que paralisam uma empresa como o Metro do Porto por guerras intestinas do PSD.

Percebemos que o Governo está parado e, pior do que isso, Sr. Primeiro-Ministro, a claustrofobia social que esta atitude gera, com pressões sobre a imprensa, frenesim para a venda da RTP, dissolução de freguesias sem consulta às populações e veja a «cereja em cima do bolo»: eu gostava de saber se foi o senhor ou um ministro que esteve sentado ao seu lado que encarregou o líder de um dos partidos do Governo, aqui, no Parlamento, de ameaçar os juízes do Tribunal Constitucional, a propósito da decisão que eles tomaram acerca do calote aos funcionários públicos e aos reformados.

No fundo, para o Governo, a clarificação é rigorosamente isto, que todos já perceberam: fica sempre tudo igual. Nada se fará sobre nenhum problema essencial. Chegamos ao ponto de o Sr. Primeiro-Ministro poder dirigir-se a este Parlamento e dizer, como se ficasse ofendido, «falar de desemprego não é o estado da Nação». Pois não é outra coisa, Sr. Primeiro-Ministro! Um Governo que não responde às dificuldades das pessoas, quando têm essa obrigação, é um Governo que falha ao País e falha estrondosamente.

O Sr. Primeiro-Ministro reparou que, ao anunciar que talvez em 2013 se tenha uma balança comercial equilibrada, como no tempo de Salazar, em 1943, o que está a dizer é que o empobrecimento está a resultar? Para o Sr. Primeiro-Ministro, reduzir as pensões diminuiu as importações. Mas é que diminui mesmo! Mais 200 000 desempregados este ano, consigo, Sr. Primeiro-Ministro, faz bem à balança comercial mas não faz bem à economia, não faz bem às pessoas.

É claro que, no entanto — e o senhor sabe —, houve dinheiro. Onde é que estão os 6000 milhões dos fundos de pensões? Num ano só, o Governo recebeu 58 000 milhões da troica, mas nada resultou, porque a austeridade não resulta. O senhor criou um buraco gigantesco que cria mais buraco e cria mais dívida. Nenhum sacrifício vale a pena — mais dívida!

É por isso que a decisão do Tribunal Constitucional é importante, porque ela anulou um calote e porque o Tribunal Constitucional, como é natural, não diz uma palavra a favor do corte dos salários. Não está lá! Na véspera da decisão do Tribunal Constitucional havia uma derrapagem de 2000 milhões e essa derrapagem foi feita pelo Governo, porque a austeridade não resulta, os impostos não resultam, cortar salários não resulta.

Sr. Primeiro-Ministro, veio discutir o estado da Nação e acha que pode sair daqui, porta fora, sem dizer a todo o País o que é que vai fazer na política orçamental?! Vai cortar nos impostos? Vai aumentar o IVA? Vai aumentar o IRS? Vai prejudicar, outra vez, a economia mais degradada? E acha que isso é um segredinho do Governo?!

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, em todas as matérias, o Governo, ao não dizer o que quer, ao mostrar aqui este silêncio envergonhado sobre a sua política orçamental, está a dizer que o estado da Nação é de um Governo que falhou estrondosamente.

O Sr. Primeiro-Ministro, em setembro, quer fazer o maior despedimento coletivo da História de Portugal: 20 000 professores perdem o seu trabalho.

O Sr. Primeiro-Ministro tem um ministro, suponho que está sentado do lado de lá da bancada, que abriu um concurso para que os enfermeiros sejam contratados a 3,96 €. O Sr. Primeiro-Ministro, surpreendido, veio dizer: que atitude tão perversa! Demitiu o Ministro? Substituiu o Ministro? O Sr. Primeiro-Ministro tem, hoje, milhares de médicos que fazem uma das maiores greves da história em nome de todos nós, em nome da saúde, que é democracia, em Portugal, e tantos desses, que, aliás, até lhe deram o voto na altura das eleições, sabem, hoje, que são contra o Governo.

Sabe onde está o estado da Nação, Sr. Primeiro-Ministro? Está concentrado em frente ao Ministério da Saúde, porque é ali que a democracia fala perante todos e nos diz a todos que é preciso lutar por uma democracia responsável.

Concluo, Sr. Primeiro-Ministro, lembrando-lhe o que se está a passar em Espanha, porque o Sr. Primeiro-Ministro não diz nada sobre Espanha. Espanha tinha um *superavit*, os bancos falsificaram as contas e, agora, aumentam os impostos e os trabalhadores são despedidos, exatamente num filme que já vimos, e já o vimos aqui. E, perante isto, o Sr. Primeiro-Ministro acha que, em Portugal, devemos ser os idiotas da Europa, que não há nada a dizer na Europa. Siga tudo como está!

Pois, digo-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que, daqui a um mês, o senhor estará a renegociar as condições e a estender a mão à troica, em vez de responder contra juros excessivos, em vez de recuperar a economia, em vez de defender esta gente que precisa e merece.

Sempre que dói a quem manda neste País, o Governo nada faz. Em março, tinha de fazer um relatório sobre as parcerias público-privadas — nada! Em junho, tinha de apresentar um relatório — nada!

A Sr.^a **Presidente**: — Queira terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — O Governo não toca, nunca, naquilo que são privilégios, naquilo que são vantagens e naquilo que são mordomias, numa diferenciação que tem destruído a nossa economia e acentuado a claustrofobia social que estamos a viver.

Sr. Primeiro-Ministro, em nome do Bloco de Esquerda, digo-lhe o que os portugueses já sabem: o Governo falhou estrondosamente, não é capaz de responder às dificuldades das pessoas e, por isso, era altura de se ir embora.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Francisco Louçã, em primeiro lugar, quero garantir-lhe que o Governo não utilizará nenhum dos elementos de dificuldade adicional, venham eles de fora ou dos próprios efeitos das políticas internas menos esperados, para fugir, para se ir embora, para virar a cara ou para dizer que não vai cumprir. Esta é a primeira coisa que quero garantir ao Sr. Deputado.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A segunda coisa que lhe digo é a seguinte: não, Sr. Deputado, não o acompanho nessa visão um tanto sórdida de que está tudo mal, de que há um ambiente inquinado, uma intriga palaciana, um Governo paralisado. Não, Sr. Deputado! Nada disso existe, Sr. Deputado! O Sr. Deputado poderia gostar que existisse, mas não existe.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Vê-se!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Há outra coisa com que o Sr. Deputado faz alguma graça, mas em que também o não acompanho, que tem a ver com a política orçamental. Diz o Sr. Deputado: «o Governo pensa que pode manter um segredinho quanto à maneira como vai cumprir?». Ó Sr. Deputado, temos tido, até hoje, no que respeita ao Programa de Ajustamento, avaliações trimestrais positivas.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Positivas para quem?!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Avaliações há muitas!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não é o Governo que o diz, as avaliações foram realizadas pelos nossos credores e foram positivas. O Sr. Deputado deve entender que isso é muito negativo e devemos desconfiar, que, quando os nossos credores nos elogiam, devemos desconfiar. Julgo que se os nossos credores nos elogiam é porque têm alguma confiança no que estamos a fazer e isso não é mau, significa que devem ter uma expectativa razoável de que vão receber de volta aquilo que nos emprestaram e que Portugal ultrapassará os seus problemas, porque, se não, não voltariam a emprestar.

Mas o Sr. Deputado, que gosta de formular as questões nesses termos, talvez fique mais tranquilo quando lhe disser que não utilizarei, discricionariamente, momentos desta natureza para apresentar vagas ideias sobre seja o que for. Sempre que foi necessário anunciar ao País medidas que não são agradáveis nem fáceis para governantes, para qualquer governante, fi-lo na altura própria e não mandei ninguém fazê-lo por mim.

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E, Sr. Deputado, se algum dia isso for necessário, para garantir a execução a que nos comprometemos, pode ter a certeza de que o farei, e fá-lo-ei na altura própria.

Sr. Deputado, quero aqui reafirmar o que já disse: o Governo não está, nesta altura, a preparar qualquer aumento de impostos ou qualquer outra medida dessa natureza, mas o Governo está a preparar e a estudar muito bem aquilo que deve para efeito da quinta avaliação regular, na medida em que sabemos que hoje há riscos que têm de ter consequência política, e esta consequência será assumida pelo Governo na sua totalidade. Mas não, Sr. Deputado, não estamos a «pôr porcaria na ventoinha» e a assustar os portugueses.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado gostaria, talvez, que chegássemos aqui ao debate a assustar os portugueses, como, de resto, me parece ser boa consequência daquilo que tem sido a sua intervenção, mas não, Sr. Deputado, não preciso de assustar os portugueses, pela simples razão de que não vejo nenhum motivo para que os portugueses se sintam assustados.

Mas, realmente, há uma diferença. Repare como o Sr. Deputado consegue, de resto, no seguimento de alguma comunicação social, que seguiu também, um bocadinho, a sua visão, apresentar um dado positivo para o País, que é o de poder vir a ter um excedente. É o Banco de Portugal que o diz e devo dizer que julgo ser um pouco otimista, mas não ponho em causa o Banco de Portugal, aliás, outras matérias há em que acho que o Banco de Portugal tem sido pessimista. O Banco de Portugal veio dizer que, ao fim de várias dezenas de anos, podemos atingir um excedente comercial.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Mas isso não é bom!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ora, nem essa notícia boa o Sr. Deputado consegue digerir e logo vem dizer: «como é possível que uma coisa que só ocorreu no tempo de Salazar ... Imaginem! Este Governo é Salazar!» Portanto, é melhor ter défices externos, défice da balança comercial, não ter grandes exportações, importar aquilo que não podemos pagar, conduzir os portugueses para a dívida na banca, etc.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Mas o Sr. Deputado fez uma outra coisa que acho espantosa. Não o fez aqui, é verdade, não teve a coragem de o fazer aqui, mas fê-lo em exercícios anteriores de preparação deste debate. Veio dizer: «se for preciso corrigir alguma coisa, não é como o Partido Socialista diz, não é pedir mais tempo, porque isso custa mais dinheiro» — disse o Sr. Deputado, e muito bem! Então, diz o Sr. Deputado: «Tem é de se cortar nos juros. Cortem nos juros!».

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Com certeza! Está a ir muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Vamos, então, traduzir para os portugueses a «teoria Louçã». A «teoria Louçã» é assim: estou falido e não tenho maneira de pagar os meus compromissos, mas tenho um amigo meu que, apesar de não ter dinheiro, tem crédito, que é uma coisa que não tenho. Então, digo assim ao meu amigo: «Olha, vais ali ao banco, se faz favor, porque tu tens crédito, pedes um empréstimo, pagas os juros desse empréstimo e dás-me o dinheiro, porque, quando puder, hei de pagar-te mas não te pago os juros». É esta a «teoria Louçã» para que Portugal possa cumprir as suas metas!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Risos do BE.

Acho que está tudo dito, Sr. Deputado, quanto ao grande contributo positivo do Bloco de Esquerda para a atual situação.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem, agora, a palavra, para formular perguntas, a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, será justo dizer que a resposta ou a avaliação do estado da Nação está lá fora, Sr. Primeiro-Ministro. Não sei se já reparou mas o País está em luta.

Vozes do PSD: — Onde?! A maioria está a trabalhar!

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Médicos, enfermeiros, professores, produtores agrícolas e tantos, tantos outros setores!

A primeira pergunta que quero fazer ao Sr. Primeiro-Ministro, em nome de Os Verdes, é a seguinte: por que é o Sr. Primeiro-Ministro acha que o País está em luta? Será porque está compreensivo relativamente àquilo que se passa? Será porque está contente relativamente aos resultados das políticas que o Governo tem implementado? Não! Não se iluda, Sr. Primeiro-Ministro, não é por isso que o País luta.

O País luta, justamente, porque está indignado, porque está descontente, porque está a ver definhar setores públicos tão fundamentais como o da saúde e o da educação, coisas tão fundamentais como estas, porque as pessoas se sentem roubadas, Sr. Primeiro-Ministro. Este é um sentimento que causa uma profunda indignação, não pode causar outra coisa. As pessoas sentem-se roubadas no seu dia-a-dia, as pessoas sentem-se obrigadas a pagar uma coisa que não podem pagar da forma como estão a pagar. Não podem!

Depois, a indignação vem de outras coisas perfeitamente incompreensíveis. As pessoas ficam indignadas quando veem 8000 milhões injetados no BPN, quando veem 12 000 milhões disponibilizados assim, ligeiramente, para o sistema financeiro e percebem que há dinheiro, mas não há dinheiro para pôr o País a crescer, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Essa é que nunca explicará!

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — São estas contradições que não se compreendem ou só se compreendem de uma forma: são opções políticas claras que o Governo toma, em favor dos mais ricos, empobrecendo outros para pagar aos mais ricos.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Ora bem!

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — E não pode, Sr. Primeiro-Ministro! Esta injustiça não pode continuar!

Aquilo a que o Sr. Primeiro-Ministro chamou, na sua intervenção, de determinação, não é determinação, Sr. Primeiro-Ministro, é teimosia e obsessão com esta austeridade. Mas, depois, vamos avaliar os resultados e percebemos que nem para aquilo que o Governo prometeu, que era o combate ao défice e a diminuição da dívida, nem para isso está a resultar. Nada! Esses objetivos não estão a ser cumpridos! O desemprego galopa e galopa, são pessoas concretas que estão em causa e a recessão elevada é garantida.

Portanto, isto está tudo a dar um péssimo resultado mas, mesmo assim, o Governo continua teimoso e obcecado.

Por exemplo, em relação à matéria do desemprego, outra coisa não poderia ser, e poderiam inventar outra desculpa qualquer mas inventaram esta: «Ah, por acaso foi um número em que nos enganámos», «Ah, enganámo-nos nas nossas previsões relativamente ao desemprego». Como se não fosse sequer adivinhável este galope, este número absurdo de desemprego, tal não é o estado lastimável da nossa economia! O Governo anda a enganar-se demais em coisas demasiado sérias, Sr. Primeiro-Ministro!

Mas, então, face a isto, pergunto-lhe, num debate sobre o estado da Nação, como é que o Sr. Primeiro-Ministro tem o deslance de fazer uma intervenção inicial onde não dá soluções para a questão do desemprego. Como? Se este é o maior flagelo com que o País se confronta, como é possível o Governo continuar cego e não ser sério, no sentido de apresentar medidas concretas para diminuir urgentemente este flagelo, que passa, necessariamente, pela redinamização do nosso mercado interno que os senhores insistem, permanentemente, em matar?!

Depois, Sr. Primeiro-Ministro, há coisas com as quais não nos podemos confrontar. O Sr. Primeiro-Ministro veio aqui dizer que o País precisa de clarificações, precisa de clareza. Certo! Dito assim, absolutamente certo! Mas, Sr. Primeiro-Ministro, faça favor de dar o exemplo e clarificar alguma coisa, porque isto de o Sr. Ministro das Finanças ter vindo dizer publicamente que a troica — os nossos «amiguinhos» da tróica, que nos cobram 35 000 milhões de euros de juros, que esmagam a nossa economia e fazem galopar o desemprego juntamente com o Governo —, os amiguinhos do Governo, iriam facilitar e melhorar, levou-nos todos a pensar: «são verbos jeitosos e bem precisávamos deles»!

Ora, nós, no Grupo Parlamentar Os Verdes, quase adivinhamos que vem aí mais austeridade e, depois, ouvimos falar nisto de facilitar e melhorar! Mas eis que o Sr. Ministro de Estado e das Finanças é confrontado com a necessidade de clarificação: o que é que significa facilitar e melhorar? E aí que o Sr. Ministro de Estado e das Finanças não clarifica! Mas o Sr. Primeiro-Ministro vai clarificar, certo? O Sr. Primeiro-Ministro vai dizer ao País o que é isto de a tróica facilitar e melhorar, porque não conseguimos compreender.

Sr. Primeiro-Ministro, não estamos em tempo de segredos, de meias palavras e de palavrinhas escondidas. Não, Sr. Primeiro-Ministro, precisamos de coisas claras, precisamos que o Governo dialogue com os portugueses e lhes «abra o jogo». Viver nesta miséria em que o País está a viver com joguetes por trás, isso é que não, Sr. Primeiro-Ministro! Isso é absolutamente intolerável! Portanto, vamos abrir o jogo, vamos abrir ideologias e vamos abrir vontades políticas, mas de uma forma absolutamente clara.

Aplausos de Os Verdes e do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia, em primeiro lugar, quero dizer-lhe que a avaliação do estado da Nação não está lá fora.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Está! Está lá fora e aqui!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O estado da Nação avalia-se no Parlamento, o que, de resto, corresponde ao exercício democrático das democracias representativas.

Portanto, Sr.^a Deputada, a avaliação não está lá fora, está no Parlamento, e cada português, cada cidadão, cada movimento cívico, cada partido tem a obrigação de a fazer também, quer esteja no Parlamento quer não.

Sr.^a Deputada, não se precipite, pois a avaliação do Estado da Nação não está lá fora, ela é para fazer desde logo no Parlamento, como estamos a fazer.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Por isso é que foge das pessoas, lá fora!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Desse ponto da vista, quero dizer que percebo que a Sr.^a Deputada, quando do Ministro de Estado e das Finanças fala em facilitar e melhorar, leia austeridade.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — É o hábito, Sr. Primeiro-Ministro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É uma coisa que, de resto, se encontra com facilidade nos dicionários de sinónimos: facilitar e melhorar são sinónimos de austeridade! Não fiz essa associação de ideias e não espero essa associação de ideias relativamente às palavras melhorar e facilitar.

Mas quero dizer à Sr.^a Deputada, porque não fujo das questões, que não é nenhuma teimosia ou obsessão querer cumprir obrigações externas do Estado português. Antes pelo contrário, a ideia que perpassa em alguns setores de que podemos obter condições mais favoráveis no futuro não cumprindo e dizendo que não vemos realismo nas condições que o próprio País negociou, conduz inevitavelmente ao agravamento da desconfiança e das condições da suposta renegociação que é tomada como sinónimo de alternativa ao cumprimento. Portanto, Sr.^a Deputada, queremos cumprir.

Nunca disse a ninguém em Portugal — referi-o há pouco e insisto — que seria fácil e não teria riscos. Pelo contrário, Sr.^a Deputada! Portanto, não posso ser mais direto e objetivo: tem riscos.

Não tenho uma «bola de cristal», pelo que não direi a ninguém que não haverá um desvio mínimo, que tudo o que está previsto será milimetricamente executado! Se o fizesse, não estaria no mundo dos homens, não estaria no mundo da política, não estaria no mundo em que vivemos. Aí, sim, teria descolado da realidade. Claro que há surpresas! Há surpresas que são positivas e há surpresas que são negativas, e temos de ter flexibilidade para elas.

Mas, Sr.^a Deputada, há duas coisas que nos preocupam no curto prazo, já que no médio prazo não vejo nenhuma razão para alterar uma resposta que aqui dei ao Sr. Deputado Francisco Louçã, em debates quinzenais anteriores, e que tem que ver com a nossa recuperação.

Posso dizer-lhe que, no curto prazo, há aspetos que são emergentes dos pontos de vista social e financeiro. É essa a razão pela qual o Governo concentrará as suas atenções mais próximas na criação de melhores condições de financiamento para as empresas portuguesas e reforçará os meios das políticas ativas de emprego que deverão favorecer os portugueses nas suas qualificações, nos estágios que possam fazer, para estarem em melhores condições de regressar ao mercado de trabalho assim que a economia puder gerar emprego. Os portugueses percebem isto muito bem. Não é o Estado que cria esse emprego e não é verdade que o Estado esteja massivamente a despedir seja quem for.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — É verdade, é!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — 25 000 professores!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Deputada, não é verdade!

Portanto, queria reafirmar o comprometimento do Governo nas metas do Programa de Emergência Social, no reforço das condições das políticas ativas de emprego e também na reestruturação e reprogramação estratégicas do QREN que habilitará a disponibilizar mais financiamento quer para a recapitalização de empresas, quer para a revitalização do tecido empresarial, quer em ordem a assegurar que as próprias empresas consigam reordenar os seus projetos de capitalização e de investimento para responder às necessidades de crescimento económico, e é isso que iremos fazer.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, seguimos com um conjunto de perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro.

Para já, a Mesa regista nove inscrições dos seguintes Srs. Deputados: Teresa Leal Coelho, do PSD; João Oliveira, do PCP; Ana Drago, do BE; António Rodrigues, do PSD; Miguel Tiago, do PCP; Mariana Aiveca, do BE; Emídio Guerreiro, do PSD; António Filipe, do PCP; e Pedro Lynce, do PSD.

Já tenho a informação de que o Sr. Primeiro-Ministro responderá em conjunto a estas perguntas e lembro que cada um dos Srs. Deputados dispõe agora de 2 minutos.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Teresa Leal Coelho.

A Sr.^a **Teresa Leal Coelho** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, é mesmo aqui que se avalia o estado da Nação e o Secretário-Geral do PS, António José Seguro, que aqui está connosco para avaliar o estado da Nação, pediu-lhe há pouco que «descesse à terra».

Sr. Primeiro-Ministro, não se preocupe pois «está na terra». O Deputado António José Seguro, provavelmente, referia-se à «terra da fantasia», onde aquele grupo parlamentar persiste em manter-se.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Quem desceu, neste Parlamento, foi o Deputado António José Seguro. Desceu da bancada do governo para a bancada do PS e logo esqueceu os seis anos em aplaudiu o estado a que a Nação chegou com o governo do PS.

Mas o Sr. Primeiro-Ministro está na terra da verdade, na terra da responsabilidade; o Sr. Primeiro-Ministro está na terra das pessoas, das pessoas que estão desempregadas, como aqui já foi dito, mas das pessoas que hoje estão a trabalhar, porque querem reconstruir Portugal sem privilégios.

O Sr. Primeiro-Ministro está num País devolvido pelo PS aos portugueses no dia 5 de junho, que, como bem referiu, é um País refém da estagnação, da imobilização e das dívidas. Neste País, Sr. Primeiro-Ministro, os portugueses vivem com bloqueios estruturais.

Pergunto-lhe o seguinte: no setor da justiça, em que os bloqueios são efetivos e prejudicam a vida das pessoas, as reformas do mapa judiciário, as reformas estruturais que serão discutidas neste Parlamento amanhã, irão efetivamente melhorar a vida dos portugueses?

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Oliveira.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, passado pouco mais de um ano, o senhor o seu Governo enfrentam já um desgaste idêntico ao que enfrentava José Sócrates quando se demitiu e provocou as eleições que o derrotaram.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Só num ano!

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — E esse desgaste não acontece por acaso, acontece porque o senhor e o seu Governo decidiram executar o pacto de agressão da tróica, cuja única estratégia é roubar o povo para entregar aos especuladores e à banca!

Vozes do PCP: — Muito bem! Exatamente!

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — E é hoje evidente que uma das formas utilizadas pelo seu Governo para executar esse roubo é destruir os serviços públicos que servem o povo, nomeadamente na saúde e na educação, fazendo, aliás, o mesmo que já anteriores governos fizeram: atacando os profissionais para destruir os serviços públicos! Atacam os professores para destruir a escola pública; atacam médicos e enfermeiros para destruir o Serviço Nacional de Saúde.

Vozes do PCP: — Muito bem! Exatamente!

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — O seu Governo tem em preparação, para o próximo ano letivo, o maior despedimento coletivo de sempre, com o despedimento de milhares de professores por via da reorganização curricular e da imposição de horários zero,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — ... mas o Sr. Primeiro-Ministro tem o descaramento de vir aqui falar de educação de qualidade para todos.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — É verdade!

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — No momento em que o Governo tem curso um processo de escravização de médicos e de enfermeiros, destruindo-lhes as carreiras e impondo-lhes o trabalho «a troco de um prato de lentilhas», o Sr. Primeiro-Ministro tem o descaramento de vir falar de proteção da sustentabilidade do SNS.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Quem é que o Sr. Primeiro-Ministro quer enganar com esse discurso? Quem?!

O senhor e o seu Governo enfrentam hoje uma greve de médicos em defesa do Serviço Nacional de Saúde, que é já uma greve histórica não só pela adesão dos médicos mas também pela justeza dos seus objetivos e pela compreensão e adesão que motivou junto dos utentes.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — A partir de amanhã, vão enfrentar novas ações de luta dos professores em defesa da escola pública, mas o Sr. Primeiro-Ministro continua a querer enganar os portugueses dizendo o contrário daquilo que vai fazendo.

Até quando vai continuar com esse discurso de embuste, falando de um País melhor enquanto Portugal se afunda, Sr. Primeiro-Ministro?!

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Drago.

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, pediu-nos aqui que fizéssemos a análise entre o seu ponto de partida de Governo e o ponto de chegada a este estado da Nação.

Ora, já algumas coisas lhe foram ditas: há 534 desempregados/dia; fecham 90 empresas/dia; e há uma coisa que o Sr. Primeiro-Ministro trata neste debate como sendo (expressão sua, talvez) um não acontecimento — chama-se «buraco» orçamental.

No meio disto tudo, o Governo apresentou uma estratégia ao País e falhou redondamente. E o Sr. Primeiro-Ministro apresenta-se neste debate sem falar deste «buraco» orçamental e sem apresentar medidas e respostas para o futuro. Mas já deixou — e desculpe a expressão, Sr. Primeiro-Ministro — algumas ameaças que foram «lançadas na ventoinha».

O Sr. Primeiro-Ministro já lançou, na última sexta-feira, quando foi anunciada a decisão do Tribunal Constitucional, ameaças veladas, mais uma vez aos rendimentos do trabalho, agora aos dos trabalhadores do setor privado.

E, mais do que isso, um líder parlamentar, o Sr. Deputado Nuno Magalhães, jurista de formação (estou certa que terá feito a disciplina de Direito Constitucional com provas prestadas e, portanto, conhece a matéria

que está a analisar), veio dizer que o Tribunal iria usurpar formas de execução de política orçamental. Não é verdade.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É, é!

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — Não é verdade. Aquilo que foi dito pelo Tribunal Constitucional ao País foi que o Governo, no âmbito da Constituição, usurpou poderes que não tem e fez um ataque gravíssimo aos salários dos funcionários públicos, de quem faz serviço público, e dos pensionistas.

Vozes do BE: — Exatamente!

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — Não se tente criar, aqui, a ficção ou a mentira de que subitamente tudo se torna possível neste País porque há um Memorando de Entendimento com a tróica ou que se atacarmos os salários dos trabalhadores do privado tudo ficará bem. Não! Aquilo que foi dito é que há regras e que a legitimidade política do Governo tem de respeitar as regras da Constituição!

Portanto, o Sr. Primeiro-Ministro apresenta-se, neste debate do estado da Nação com um País «esfrangalhado», com uma economia em declínio e em destruição, com cortes nos serviços públicos, com destruição ativa de emprego, com o falhanço monumental, colossal, de um défice de execução de 7,9%, falando-nos de medidas equivalentes para o Orçamento do Estado de 2013 e não dizendo nada, não apresentando uma única medida!

A Sr.^a **Presidente:** — Queira terminar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — Termino, Sr.^a Presidente, dizendo o seguinte: o Sr. Primeiro-Ministro diz-nos que vai contra as propostas do Bloco de Esquerda dos cortes nos juros que são pagos pela dívida pública e fala-nos da teoria dos amigos. Bom, o Sr. Primeiro-Ministro terá os amigos que tiver e terá, com eles, as relações que tiver.

A Sr.^a **Presidente:** — Queira terminar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — Termino, Sr.^a Presidente.

Mas queria dizer-lhe uma coisa, Sr. Primeiro-Ministro: o seu amigo, o Banco Central Europeu, empresta à banca a 1%; empresta ao povo português a 4%.

Deixe-me dizer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que o seu amigo é um ladrão, o seu amigo é um ladrão!

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Exatamente!

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — Está a enganá-lo e está a retirar recursos, salários, condições de vida, aos portugueses.

Uma coisa é certa: desta crise só saímos com alguém a pagar.

A Sr.^a **Presidente:** — Queira terminar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — O Sr. Primeiro-Ministro escolhe, sucessivamente, que seja o povo, os cidadãos portugueses, a pagar.

A escolha a fazer é colocar o sistema financeiro que nos arrastou para a crise a pagar. Até hoje, não «tocou num cabelo» das parcerias público-privadas, e essa é a sua escolha.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado António Rodrigues.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, há um ano, quando o seu Governo tomou posse, Portugal não tinha confiança, Portugal não tinha credibilidade, Portugal não tinha dinheiro.

Passado um ano, são aqueles que nos emprestaram dinheiro, aqueles que quiseram confiar, para o futuro, naqueles que eram capazes de cumprir, que manifestam que têm confiança, que acreditam que Portugal é capaz de cumprir.

Não obstante, aqueles que não foram capazes de cumprir, o seu governo, foram capazes de estender a mão e pedir o apoio e o consenso por parte daqueles que, durante muito tempo, nos andaram a iludir, nos andaram a enganar, nos levaram para um «buraco», esse sim, que nos obrigou a ter que assumir compromissos externos.

A questão que lhe quero colocar, Sr. Primeiro-Ministro é a seguinte: no quadro do desenvolvimento do projeto europeu, continua a contar com o consenso daqueles partidos ou, pelo menos, daquele partido que assumiu aqui responsabilidades, nesta mesma Assembleia, por exemplo, no quadro do Tratado Orçamental? E pergunto-lhe também se vai contar com eles para continuar a fazer o consenso, que é necessário, para conseguir traduzir em responsabilidades nacionais aquilo que são responsabilidades europeias e internacionais?

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago, do PCP.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, por parte do PCP, vou colocar-lhe uma questão que talvez nem imagine que possa surgir neste debate, tal é a insignificância a que a votou na atuação do seu Governo. Vou colocar-lhe uma questão, precisamente, sobre cultura. Aqui até é adequado o termo estado da arte e da cultura no nosso País.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Este Governo ignora que tanto a fruição como a criação cultural e artística são direitos fundamentais e são, aliás, pilares, também eles essenciais, da própria democracia. E, por isso, os quer subordinar e sujeitar à ditadura do mercado, fazendo sufocar e asfixiando os apoios do Estado à criação artística e à produção cinematográfica.

Tem este Governo a ideia de que se contiver durante tempo suficiente o apoio público, o tecido cultural e artístico definhará de tal maneira que o mercado tomará conta, como é, aliás, o projeto político deste Governo.

As questões que lhe coloco são muito claras e muito concisas, Sr. Primeiro-Ministro.

Quando é que este Governo vai abrir os concursos para o apoio às artes e o concurso para o apoio à produção cinematográfica? Quando é que a DGArtes está em condições de divulgar os organogramas, o valor a concurso e os critérios dos concursos, que, supostamente, deveriam abrir a partir de 2012? Quando é que o apoio à produção cinematográfica vai ser aberto, quando é que os concursos serão divulgados e quando é que o Estado vai assumir os compromissos já assinados, no passado?

Sr. Primeiro-Ministro, vou enunciar uma última questão. Tendo em conta as imposições feitas também através da lei dos compromissos, pergunto se as promessas que andam a fazer de abertura de concursos não estão subordinadas a essa capacidade de liquidez imediata, de tesouraria.

É que se isso for verdade, o seu Governo anda a prometer concursos vazios, sem qualquer compromisso perante as estruturas de criação artística.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Aiveca, do BE.

A Sr.^a **Mariana Aiveca** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, quero falar-lhe do Código do Trabalho e das suas perspetivas sobre as alterações ao Código do Trabalho.

O senhor alterou o Código do Trabalho, facilitou os despedimentos e, com isso, criou mais desemprego, numa situação em que temos o maior desemprego de sempre. Mais desemprego, Sr. Primeiro-Ministro!

O senhor perverteu o conceito jurídico de justa causa. Esperemos também, Primeiro-Ministro, a decisão do Tribunal Constitucional a este propósito, porque o senhor regrediu, nas leis laborais e neste conceito, ao século passado — o senhor sabe-o bem — e, com isso, retornou também à selvajaria no mercado de trabalho.

O senhor veio aqui dizer-nos, hoje, que tem muitas ideias escondidas, ou seja, basicamente, hoje, não quer dizer aos portugueses e portuguesas o que vai acontecer aos seus salários e aos seus direitos.

O senhor não se pode arrogar o direito de vir ao debate do estado da Nação e não responder aos problemas concretos das pessoas. O senhor tem de ter uma palavra a dizer às pessoas que vão ser despedidas na Delphi, às pessoas que foram despedidas nos centros da segurança social, aos trabalhadores cujos despedimentos se preveem em muitos setores e em muitas empresas deste País, que vão receber menos, despedimentos que o senhor facilitou. Mais desemprego, Sr. Primeiro-Ministro!

Mas, não contente com estas alterações, parece que anda por aí o boato de que a troica quer mais e que o senhor estará também a negociar novas alterações ao Código do Trabalho. Não pode, Sr. Primeiro-Ministro, arrogar-se o direito de sair daqui sem dizer uma palavra aos portugueses e portuguesas, sem dizer se vai continuar a facilitar os despedimentos, se vai embaratecer os despedimentos, fazendo, por isso, também um «frete» ao patronato.

Vozes do BE: — Exatamente! Muito bem!|

A Sr.^a **Mariana Aiveca** (BE): — Por isso, tem toda a obrigação de dizer aqui, hoje, se já chega de maldades às leis laborais ou se está na calha mais alguma negociação, porque isto é o debate do estado da Nação concreta.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Emídio Guerreiro, do PSD.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, há um ano atrás, no debate de apresentação do Programa do Governo, a oposição, em clamor, afirmava aqui mesmo que o ano letivo estaria comprometido — uns, o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista, porque vivem politicamente a instabilidade das escolas; outros, o Partido Socialista, porque sabiam muito bem o estado calamitoso em que deixaram a escola pública portuguesa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Felizmente, graças ao trabalho do Governo e, fundamentalmente, ao grande empenho e à grande responsabilidade dos professores portugueses, o ano letivo não só abriu bem como decorreu todo ele bem.

Sr. Primeiro-Ministro, ao longo deste ano, de muito e difícil trabalho na educação, o Governo pacificou as escolas portuguesas, e fê-lo, cumprindo importantes promessas eleitorais que o PSD fez.

Foi capaz de chegar a acordo com os sindicatos, resolvendo, deste modo, o problema da avaliação dos professores, que se arrastava há cinco anos.

A Sr.^a **Francisca Almeida** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Introduziu exames no final de todos os ciclos da escolaridade obrigatória; apresentou, e com uma inédita participação de muitas pessoas e especialistas, uma nova matriz curricular;...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Que disparate!

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — ... tem um novo Estatuto do Aluno, que, neste momento, está a ser discutido aqui, na Assembleia, que reforça claramente a autoridade do professor na sala de aulas;...

A Sr.^a **Francisca Almeida** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — ... e avançou na autonomia das escolas como nenhum governo avançou, até hoje.

Sr. Primeiro-Ministro, depois deste ano de preparação deste novo paradigma de escola, o que lhe pergunto é se o próximo ano é, realmente, o grande ano do arranque, do reforço da confiança que este Governo e o PSD têm nos professores, nos diretores, nos pais e nos alunos portugueses.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Lynce, do PSD.

O Sr. **Pedro Lynce** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, V. Ex.^a ficará na história da era democrática como o Primeiro-Ministro que teve a coragem de apostar estrategicamente no setor agrícola,...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Lynce** (PSD): — ... constituindo-o como um marco sustentável no desenvolvimento de Portugal.

Aplausos do PSD.

Risos do PCP e do Partido Ecologista «Os Verdes».

A secundarização — por isso, percebo o barulho — a que o Partido Socialista votou a agricultura, em Portugal, foi um facto e teve danos ainda hoje irreversíveis para os agricultores, designadamente com a preparação de um plano de investimento que era inadequado a Portugal, com um atraso de dois anos,...

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Em Évora não disse isso!

O Sr. **Pedro Lynce** (PSD): — ... com o envelhecimento dos agricultores, sem estímulos, com o pagamento de coimas, permanentemente, como V. Ex.^a certamente sabe, e ainda, como último recurso, com o congelamento das reformas dos rurais — não podemos esquecer isso, que o Partido Socialista fez.

Vozes do PSD: — Bem lembrado!

O Sr. **Pedro Lynce** (PSD): — Será que é isto que o Partido Socialista diz que é o que é bom?

Aplausos do PSD.

Sr. Primeiro-Ministro, faço-lhe apenas duas ou três perguntas muito simples, sem dificuldade: quais são as garantias que o Primeiro-Ministro pode dar neste momento aos agricultores no sentido de que, eventualmente, o aproveitamento integral dos fundos comunitários e o apoio máximo ao rendimento dos agricultores será uma realidade e, finalmente, os jovens agricultores irão voltar ao setor?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Devia ter perguntado pela bolsa de terras!

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, há alguns aspetos que os Srs. Deputados suscitaram a que vale a pena procurar ainda responder, no pouco tempo de que disponho.

Em primeiro lugar, Sr. Deputado João Oliveira, não estou preocupado com o desgaste político. Creia o Sr. Deputado que isso não é, para mim, um critério político. Estou preparado para todo o desgaste que está associado a conduzir o Governo e o País numa altura difícil como aquela que enfrentamos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Portanto, Sr. Deputado, quanto à contestação, a indignação, a oposição, a mais e a menos legítima, aquela que tem mais fundamentos e a que tem fundamentos mais discutíveis, não interessa, toda essa preocupação de quem não concorda com o que estamos a fazer e que, com mais ou menos demagogia, se agarra aos aspetos negativos da crise para dizer «cuidado que o senhor não vai resolver nada com isso e vai queimar-se»,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Não é «queimar» é «cair»!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado, que não estou preocupado com esse desgaste nem com o «queimanço». Estou preocupado em garantir que o País esteja em condições de ultrapassar esta condição com que se viu confrontado, não tendo os meios necessários para ter controlo e autonomia orçamental e fiscal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Em segundo lugar, quanto a um aspeto que tem constituído equívoco, pelos vistos, já não apenas do Partido Socialista mas também do Bloco de Esquerda, devo dizer, Sr.^a Deputada, que BCE não empresta aos bancos a 1%.

Protestos do BE.

Não, Sr.^a Deputada! Não leve a mal e deixe-me dizer-lhe, Sr.^a Deputada, que o Banco Central Europeu cede liquidez aos bancos,...

Risos do BE.

... não faz com eles contratos de crédito, Sr.^a Deputada!

Vozes do PS e do BE: — Ah!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É verdade! Mas aqui o Sr. Professor Louçã é capaz de lhe dar essa explicação. É muito diferente, Sr.^a Deputada!

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — Olhe que não!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Aquilo que o BCE faz relativamente ao sistema financeiro é ceder liquidez a prazo de uma semana, a prazo de um ano, a prazo de três anos, e exige, em contrapartida, colaterais aos bancos, que é como quem diz garantias reais, para garantir que essa cedência de liquidez é feita em condições fiduciárias mínimas.

Sr.^a Deputada, pode não gostar de ouvir mas esta é a explicação que qualquer pessoa da área financeira lhe poderá dar, com um mínimo de proficiência.

Portanto, Sr.^a Deputada, querer estabelecer a comparação entre o que são contratos de empréstimo e de crédito que são feitos aos Estados ou às empresas e a cedência de liquidez que o sistema financeiro e bancário recebe do BCE é uma grande confusão que a Sr.^a Deputada deverá esclarecer rapidamente.

Em segundo lugar, quero também dizer à Sr.^a Deputada que percebo que o Bloco de Esquerda esteja muito incomodado com a questão do Tribunal Constitucional. Só pode estar! O Bloco de Esquerda suscitou a questão junto do Tribunal Constitucional, que respondeu assim: «Não há direitos, constituídos ou adquiridos, que não devam ceder perante uma situação de emergência. O País tem de cumprir as suas metas». Foi isto que disse o Tribunal Constitucional. Invocou essa circunstância para garantir que a medida só se deveria aplicar a partir de 2013 e não em 2012, porque entendeu que, a partir de 2013, o Governo tinha tempo de apresentar outras medidas e que, em 2012, não tinha, e que, portanto, a necessidade de cumprir levava a que, durante o ano de 2012, as medidas fossem consideradas. E disse, em interpretação do princípio da equidade, que a razão por que isto não era equitativo, tal como o Governo tinha proposto, é porque não correspondia a um sacrifício que fosse partilhado pelos outros cidadãos.

Sr.^a Deputada, não há, portanto, ameaças nenhuma ao Tribunal Constitucional. O que a Sr.^a Deputada mostra é embaraço ao dizer «nós suscitámos esta questão ao Tribunal Constitucional e o que gostaríamos era que não houvesse consequências, que o Tribunal Constitucional dissesse que a matéria não é constitucional. Agora, como os senhores não podem aplicar a medida, não aplicam mais nada, não aplicam a toda a gente e, evidentemente, falham os compromissos», que é o contrário do que diz o Tribunal Constitucional.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do BE.

Em terceiro lugar, disse que não tocámos num «cabelo» das PPP — uma visão muito especial das PPP. Mas deixe-me responder, Sr.^a Deputada, que o Governo recebeu, conforme estava previsto, o relatório preliminar sobre as PPP até final de junho e está a aguardar ainda o relatório final. Mas, do relatório preliminar, fica já claro, não apenas pistas importantes para se poder fazer a renegociação, como fica muito claro qual é o valor atualizado líquido das responsabilidades e qual é, eventualmente, o agravamento que se pode registar em resultado de ter havido uma renegociação já feita no passado, desequilibrada para o interesse público, o que determina uma margem que o Governo conhece agora melhor e que não deixará de estar presente na renegociação.

Mas quero dizer à Sr.^a Deputada, tendo noção de que essa renegociação é complexa, que o Governo não deixará de tomar as medidas que forem necessárias, não obstante essa renegociação, para garantir que nenhum setor, como no caso das PPP, ficará isento de dar uma contribuição especial para a recuperação económica que o País está a fazer. E garanto-lhe, Sr.^a Deputada, que, tal como aconteceu na energia, acontecerá também nas PPP e eu responderei aqui, no Parlamento, perante a Sr.^a Deputada e perante todos os portugueses, por essas medidas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do BE.

Finalmente, Sr.^a Deputada Mariana Aiveca, deixe-me responder que só pode haver uma grande confusão em relação ao seguinte: como é possível dizer que as alterações ao Código do Trabalho conduziram a mais desemprego, se a legislação ainda vai entrar em vigor?

Sr.^a Deputada, haja o mínimo de decoro! Não venha explicar o desemprego por causa das alterações ao código laboral.

Protestos da Deputada do BE Mariana Aiveca.

Mas eu insisto, Sr.^a Deputada: as alterações ao código laboral aconteceram justamente porque temos tido um fator de rigidez excessivo no nosso Código do Trabalho e, a partir de agora, essa desculpa não existirá.

Finalmente, perdoem-me todos os Srs. Deputados que eu diga o seguinte: nós temos bloqueios estruturais.

Sr.^a Deputada Teresa Leal Coelho e Srs. Deputados Pedro Lynce, Emídio Guerreiro e António Rodrigues, permitam-me que diga apenas duas coisas sobre isso.

Em primeiro lugar, a agenda de transformação estrutural é aquilo que mais defende, no médio e no longo prazo, a recuperação do País. E temos de a cumprir em qualquer circunstância, porque um país não pode disfarçar indefinidamente a sua falta de competitividade, sob pena de voltar a acontecer o que aconteceu há um ano atrás.

A nossa persistência não se deve, pois, confundir nem com obstinação nem com teimosia; é com a determinação de quem sabe que, qualquer que fosse a solução a dar a esta crise, ela não podia deixar de passar por uma agenda de reestruturação muito ampla da nossa economia e por uma agenda de transformação estrutural.

Termino, dizendo que há um país na Europa, a Irlanda, que iniciou o seu programa seis meses mais cedo do que Portugal. Durante esse período, verificou-se — e mostro este gráfico aos Srs. Deputados —, na taxa de mercado secundário a dois anos de financiamento público, aquilo que os Srs. Deputados podem ver: a Irlanda manteve, seis meses mais cedo, uma taxa mais comportável do que aquela que precedeu a crise e o pedido de resgate.

É inequívoco que Portugal seguiu um caminho idêntico e que, da mesma maneira, com seis meses de atraso, vem recuperando a mesma trajetória, o que significa bem que estamos a avançar a uma velocidade razoável para resgatar a nossa credibilidade externa.

O sucesso que a Irlanda recentemente anunciou, num leilão a três meses, com uma taxa de 1,8%, compara-se com os bilhetes do tesouro a três meses, em mercado secundário, em Portugal, a 1,76%.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Srs. Deputados, se isto não significa um caminho de recuperação e de restabelecimento de uma credibilidade externa na nossa economia, que é bem acompanhada pela redução das necessidades de financiamento externo, como qualquer pessoa isenta pode constatar, então é preciso querer ver mal em tudo e defender muito o bota-abaixo para querer assustar os portugueses e dizer-lhes: «Os sacrifícios que os senhores estão a fazer serão em vão». Mas não serão em vão, porque vamos sair desta crise, mas saberemos, no fim, quem lutou para que saíssemos desta crise, e quem é que se opôs e ofereceu resistência para que os portugueses pudessem recuperar desta crise grave com que se viram confrontados.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — O Governo esqueceu-se, outra vez, da cultura!

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, depois desta segunda ronda de perguntas, segue-se a fase das intervenções.

Estão inscritos, para intervir, os seguintes Srs. Deputados: António José Seguro, pelo PS; Luís Montenegro, pelo PSD; Telmo Correia, pelo CDS-PP; Francisco Lopes, pelo PCP; Luís Fazenda, pelo BE; e Helóisa Apolónia, por Os Verdes.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, peço a palavra.

A Sr.^a **Presidente**: — O Sr. Primeiro-Ministro pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, queria usar da palavra muito rapidamente, porque o Sr. Deputado Miguel Tiago disse, com muita razão, que eu não tinha feito uma referência à sua pergunta sobre cultura.

Sr. Deputado, não tenho muito tempo, mas tenho muito gosto em responder-lhe.

Em primeiro lugar, a cultura está sob a minha tutela direta. A cultura tem estado a fazer um saneamento de responsabilidades que foram adquiridas no tempo em que não estávamos no Governo, mas que não deixam

de ser cumpridas por nós. Sr. Deputado, é público — e já ouviu o Sr. Secretário de Estado da Cultura referi-lo expressamente, por números, na respetiva comissão, aqui, no Parlamento — que o Estado está hoje a cumprir, exatamente, os compromissos que foram assumidos antes, embora esses compromissos estivessem largamente excedentários face às disponibilidades orçamentais, até do Governo anterior. Mas, Sr. Deputado, deixe-me dizer...

Protestos do Deputado do PCP Miguel Tiago.

O Sr. Deputado não me deixa responder...

A Sr.^a **Presidente**: — Tem de terminar, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, o Governo acaba de fazer passar no Parlamento, parece que com a incomodidade do Sr. Deputado, que se absteve, a nova lei do audiovisual, que permitirá, pela primeira vez em muitos anos, fazer o financiamento adequado do cinema. E o Sr. Deputado vem dizer que o Governo não dá a atenção devida à fruição cultural e, nomeadamente, às artes cinematográficas?! O Sr. Deputado anda muito distraído!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos, então, entrar no período de intervenções. Não quis deixar de permitir ao Sr. Primeiro-Ministro que respondesse ao Sr. Deputado Miguel Tiago.

O primeiro orador inscrito para intervir é o Sr. Deputado António José Seguro, do PS, a quem dou a palavra.

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro: Nenhum português que ame Portugal pode estar satisfeito com o estado da Nação. Pela terceira vez em 38 anos de democracia, o nosso País está sob assistência financeira externa.

Acresce uma recessão económica, a mais elevada taxa de desemprego da nossa democracia, o definhar da classe média, o empobrecimento das famílias e a desilusão da geração mais qualificada de jovens portugueses.

Como se não bastasse, soma-se uma Europa à deriva, incapaz de solucionar a sua própria crise.

Decididamente, este é um dos piores períodos da nossa vida como povo e como País.

Como sair desta situação em que nos encontramos é a pergunta que todos os portugueses fazem. A nós, responsáveis políticos, cabe-nos dar a resposta.

Reafirmamos, uma vez mais, que a nossa resposta para a crise passa por dois vetores: prioridade ao emprego e ao crescimento económico, acompanhado de rigor e de disciplina orçamental. Não o dizemos hoje, afirmamo-lo desde há um ano.

Há um ano estávamos isolados. Hoje, é um objetivo amplamente apoiado na União Europeia e em Portugal.

Só com maiores níveis de crescimento económico Portugal resolverá os nossos principais problemas: equilibrar as contas públicas por via da receita sustentável, reduzir e pagar a nossa dívida, reduzir o nosso défice externo, criar riqueza, preservar e criar novos postos de trabalho, assegurar de forma sustentável as funções sociais do Estado, garantindo o acesso universal ao Serviço Nacional de Saúde para todos os portugueses, promovendo uma educação de qualidade e fortes níveis públicos de proteção social.

Aplausos do PS.

O desafio não é fácil, pois, como sabemos, o principal problema do nosso País é o fraco crescimento económico.

A pergunta que se impõe é, pois, a seguinte: o que é necessário fazer para crescemos? A resposta é conhecida: temos de ser mais produtivos e mais competitivos.

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — Ah!...

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Mas para produzirmos melhor e sermos mais competitivos exige-se uma estratégia nacional mobilizadora, que olhe para além do Memorando e que tenha no horizonte um Portugal ambicioso e moderno.

Aplausos do PS.

Uma estratégia assente numa nova agenda para o crescimento e para o emprego. Uma nova agenda assente em sete pilares e numa prioridade. Os sete pilares são: qualificação das pessoas; financiamento da economia e apoio à recapitalização das empresas; redução dos custos de contexto, em particular com maior eficiência da justiça; apoio sólido à investigação e ao desenvolvimento, à ciência, à organização e à inovação na empresa e no produto; incentivo e promoção da economia verde e das energias renováveis; apoio às exportações e internacionalização das nossas empresas; captação de investimento estrangeiro.

A nova agenda deve ter uma prioridade clara: o aumento da produção nacional de bens transacionáveis.

Para isso, é necessário discriminar positivamente as atividades produtoras de bens transacionáveis na agricultura, na indústria e em certos setores do turismo e dos serviços.

Essa discriminação positiva deve ser efetuada através de políticas de crédito, de política fiscal e de capital de risco, políticas de financiamento às empresas, atribuindo-lhes prioridade nos incentivos ao investimento e no apoio à contratação de novos trabalhadores.

O desenvolvimento da agenda para o emprego e para o crescimento deve ser construído com o envolvimento dos parceiros sociais, das universidades, dos centros de investigação e dos setores mais dinâmicos do nosso País. Deve poder beneficiar de fundos estruturais a um nível de cofinanciamento nacional mais baixo e ser a base da negociação das próximas perspetivas financeiras da União Europeia.

Aplausos do PS.

A adoção da agenda para o emprego e para o crescimento deve ser objeto de inclusão na próxima atualização do Memorando.

Nós não cruzamos os braços nem estamos subordinados às ordens de nenhuma capital europeia. Nós tomamos a iniciativa.

E tomaremos a iniciativa de propor à troica a criação de um programa de apoio à recapitalização das pequenas e médias empresas portuguesas, de, no mínimo, 3000 milhões de euros, financiado por parte dos fundos não utilizados para a recapitalização dos bancos e também de verbas disponíveis do Banco Europeu de Investimentos.

Aplausos do PS.

Se há sempre dinheiro para capitalizar os bancos, porque não há de haver dinheiro, por uma vez, para capitalizar as empresas portuguesas, sustentar o emprego e apoiar as empresas viáveis?

Aplausos do PS.

Portugal precisa de se reencontrar em torno de uma estratégia nacional que seja uma nova ambição para Portugal. Uma estratégia mobilizadora de cada português, das nossas energias, da nossa alma e do nosso orgulho. Uma estratégia que redistribua a riqueza com transparência e com justiça; que combata as desigualdades sociais e promova a coesão territorial entre o litoral e o interior, o continente e as regiões autónomas. Esta é a nossa ambição.

A nossa ambição é construirmos um País melhor, mais justo, mais sustentável, com mais oportunidades para o transmitirmos aos nossos filhos e aos nossos netos. Essa é a nossa grande responsabilidade.

Infelizmente, o Primeiro-Ministro não está a seguir esta estratégia. Optou por outro caminho, que cria mais problemas do que resolve e ameaça romper o nosso contrato social.

Um ano depois da formação deste Governo, há uma conclusão que é cada vez mais evidente para todos: os portugueses cumpriram; o Governo falhou.

Aplausos do PS.

Os portugueses assumiram os compromissos. Os portugueses não crispam o clima social. Os portugueses não baixaram os braços. No entanto, um ano depois, os portugueses estão pior. Como se isto não bastasse, ao drama do presente junta-se a falta de esperança no futuro.

O Primeiro-Ministro escolheu o caminho errado, o caminho da austeridade a qualquer preço.

E não se desculpe, Sr. Primeiro-Ministro, pois o seu programa é o programa ideológico da troica, onde o Memorando é apenas uma parte e funciona como um álibi.

Aplausos do PS.

Dou um exemplo: os portugueses lembram-se da primeira grande medida do atual Primeiro-Ministro — retirou metade do subsídio de Natal aos trabalhadores e aos reformados no ano passado. Não estava no Memorando, mas estava na ideologia do seu Governo.

Explicou o Primeiro-Ministro que o novo imposto era necessário para alcançarmos o défice de 5,9% no final do ano. Ora, com a transferência do fundo de pensões da banca, o défice do ano passado ficou em 4,2%. Tal como o PS avisou, não teria sido necessário retirar metade do subsídio de Natal do ano passado aos trabalhadores e reformados para cumprirmos o défice acordado.

Aplausos do PS.

Aqui está, Sr. Primeiro-Ministro, um exemplo da receita errada da austeridade expansionista: ao retirar, sem necessidade, metade do subsídio de Natal aos portugueses que vivem do seu trabalho, o atual Primeiro-Ministro criou dificuldades às famílias e retirou mais de 1000 milhões de euros da economia nacional.

Os trabalhadores portugueses perderam, sem necessidade, metade do subsídio de Natal do ano passado; o que mais faltava é que o voltassem a perder este ano, para tapar a incompetência da má execução orçamental do Primeiro-Ministro.

Aplausos do PS.

Quando debatemos o seu Orçamento para este ano, disse-lhe repetidas vezes que a sua receita da austeridade a qualquer preço iria dar maus resultados, destruindo emprego e empresas. Eu avisei-o, mas o Primeiro-Ministro não quis ouvir. Agora, os portugueses estão a pagar caro, em pesados sacrifícios, os seus erros.

João é um jovem de 24 anos. Enviou-me um *e-mail* para me contar o seu drama e o seu desespero por não conseguir encontrar trabalho. Está desiludido e sem horizontes. O João escreveu o seguinte: «Tenho à minha frente um muro enorme e escuro que me rouba o futuro. Não é justo. Sinto uma grande revolta dentro de mim».

Risos do PSD.

Srs. Deputados, não se riam, porque isto não é para brincar.

Protestos do PSD.

Como o João, há 160 000 jovens que estão desempregados. O desemprego entre os jovens aumentou, durante a sua governação, passando de 27% para 36%. Durante o seu Governo, o número de jovens

desempregados aumentou mais 36 000. Estes são os resultados da sua política de austeridade a qualquer preço.

A Maria reside em Braga...

Risos do PSD e do CDS-PP.

... e tem 51 anos. Está desempregada. Não sabe o que há de fazer — «sou muito nova para me reformar e muito velha para trabalhar», dizem-me. Neste ano que passou, o número de pessoas com mais de 45 anos que se encontram desempregadas aumentou 19%. Estes são os resultados da sua política de austeridade, custe o que custar e a qualquer preço. A Maria e o João são dois portugueses, mas, como eles, há 823 000 que, neste momento, estão desempregados, em Portugal.

Aplausos do PS.

Sr. Primeiro-Ministro, este é o resultado da sua política e um falhanço do seu Governo.

Atingimos o maior número de desempregados dos últimos 38 anos. E vai melhorar? — perguntam os portugueses. Não, o desemprego vai ultrapassar os 16%. De acordo com o Banco de Portugal, neste ano e em 2013, o País perderá, no seu conjunto, cerca de 217 000 postos de trabalho!

Sr. Primeiro-Ministro, faça bem as contas, porque se enganou no número que, há pouco, citou, quando quis fazer comparações entre o passado e o presente. Mas eu não preciso de ir ao passado para fazer comparações. Lembra-se quando o senhor, em outubro, aqui veio apresentar o Orçamento do Estado? Nessa altura, referiu que a previsão da taxa média de desemprego para este ano se situava em 13,4%. Era de 13,4% a previsão do Primeiro-Ministro, quando, neste momento, fruto da sua política, já ultrapassou os 15%! Chega de desculpas, Sr. Primeiro-Ministro! Assuma as suas responsabilidades!

Aplausos do PS.

No meio deste aumento histórico do desemprego, o Governo cortou os apoios sociais aos mais pobres entre os pobres, as famílias com crianças beneficiárias do rendimento social de inserção (RSI). O Governo cortou quase 40 € por mês a cada criança e igual montante às suas mães. Uma família com dois filhos pode perder até 114 € por mês. É esta a consciência social deste Governo? É este o «visto familiar» das suas políticas? É neste País que quer viver, um País que trata assim as crianças mais pobres, Sr. Primeiro-Ministro?

Aplausos do PS.

Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Também na área da saúde, os portugueses cumpriram e o Governo falhou.

Este Governo aumentou significativamente o preço do transporte dos doentes. As taxas moderadoras passaram para o dobro e alargaram-se aos exames complementares de diagnóstico.

No distrito de Bragança, encontrei um casal de idosos que me contaram que pediram ao médico para adiar a consulta para o mês seguinte, pois não tinham dinheiro para pagar as taxas moderadoras e os transportes.

Como este casal de idosos, há milhares de portugueses que estão a ser atirados para fora dos cuidados de saúde por não terem o dinheiro necessário para pagar as taxas moderadoras e os transportes.

Os dados falam por si, Sr. Primeiro-Ministro. Durante os primeiros quatro meses deste ano, e comparando com igual período do ano passado, registaram-se menos 220 000 episódios de urgências nos hospitais.

A redução poderia ser um dado positivo se as pessoas tivessem recorrido aos cuidados primários. Mas, infelizmente para os portugueses, não foi assim. No mesmo período, nos cuidados primários, realizaram-se menos 342 000 consultas.

Aumentou o tempo de espera por uma consulta e por uma cirurgia, o que é uma inversão da tendência de melhoria que se registava há vários anos.

Esta é uma violação grave da solidariedade, da justiça social e de um direito fundamental: o acesso à saúde para todos os portugueses.

Aplausos do PS.

Também aqui, o Governo falhou.

Junta-se a forma grosseira como este Governo trata os profissionais da saúde, sem o mínimo de dignidade. Pagar a um enfermeiro menos do que o salário mínimo é retirar dignidade a um trabalhador e desconhecer o que representa para os portugueses a dedicação de milhares de profissionais do Serviço Nacional de Saúde (SNS). O mesmo se passa com os médicos, que hoje lutam por garantir a qualidade e o acesso ao SNS.

Aplausos do PS.

Também aqui, os portugueses cumpriram o que lhes foi imposto. O Governo é que falhou.

Sr. Primeiro-Ministro, em tempos de crise, a educação, a cultura, a formação e a ciência são o grande investimento no futuro. A nossa maior riqueza são as pessoas, não podemos prescindir de ninguém.

Por manifesta limitação de tempo, não posso neste momento desenvolver cada área, mas há questões que têm de ficar hoje bem vinculadas.

Na educação, o Governo promove uma política de educação que fragiliza o papel da escola pública como fator determinante na promoção da igualdade oportunidades e da equidade. Alguns exemplos: menos ofertas; menos apoios sociais; menos acesso às tecnologias; mais alunos em cada sala; menos ensino profissional; menos educação e formação de adultos; menos infraestruturas; fim da obrigatoriedade da oferta de Inglês nas atividades de enriquecimento curricular.

Aplausos do PS.

Na formação, não constitui surpresa para nós a machadada na iniciativa Novas Oportunidades. Foi, sim, surpresa o despudor com que o fizeram. O Presidente do PSD tratava as Novas Oportunidades como creditação da ignorância e esta atitude do Governo nega a centenas de milhares de portugueses o direito a prosseguirem a sua qualificação.

Aplausos do PS.

Mas trago-lhe um recado de Vila Real, Sr. Primeiro-Ministro. Lembra-se daquela cidadã a quem o Sr. Primeiro-Ministro disse, com desdém, «espero que as Novas Oportunidades lhe sirvam para alguma coisa»? Essa cidadã tem um nome, chama-se Ana Santos Lopes. E conseguiu emprego na empresa onde estava a estagiar graças à sua certificação e à sua competência.

Aplausos do PS.

Na cultura, não se conhece estratégia, registando-se uma passividade em todas as áreas. Ao contrário do que se prometeu, não se ganhou transversalidade entre a cultura, a educação e a ciência.

Reina a incerteza e a perplexidade na cultura. A atividade cultural tem recursos, experiências, dinâmicas e competências que se perdem quando é obrigada a parar por falta de estímulos.

Outros fatores atrofiam o desenvolvimento do nosso País.

O QREN está paralisado já lá vai um ano, o que é um crime, quando o investimento caiu abruptamente.

Aplausos do PS.

O processo de privatizações regista elevados níveis de opacidade, o que aconteceu com a privatização da REN e está a acontecer com a privatização da TAP. E também aqui quero ser muito claro e reafirmar que terá uma forte oposição do PS à privatização da RTP e da Águas de Portugal.

Aplausos do PS.

Há uma ameaça de encerramento de tribunais, acabando com a justiça de proximidade e obrigando à deslocação das pessoas, aumentando ainda mais os custos com a justiça, quando é de elementar bom senso que sejam os magistrados a deslocarem-se entre tribunais como atualmente já acontece.

Tudo o que é pequeno não resiste a este Governo — é pequeno? Tem pouca gente? Acaba, encerra-se! Acabam tribunais e preparam-se para extinguir freguesias a «régua e esquadro». Estamos perante o maior ataque ao interior do nosso País.

Aplausos do PS.

Sr. Primeiro-Ministro, um ano depois, são estes os resultados da sua política, dos quais volto a destacar: 823 000 desempregados; mais de 70 000 portugueses que emigram por ano; 3490 empresas que decretaram falência; 6228 famílias insolventes só no primeiro trimestre; 2300 famílias que entregaram casas aos bancos nos três primeiros meses deste ano; mais de 18 000 novos pedidos ao rendimento social de inserção; menos receitas e mais despesas na segurança social; milhares de pequenas e médias empresas com dificuldades de financiamento e de acesso ao crédito.

E como se não bastasse esta negra realidade, o País ficou a saber que o seu objetivo do défice não será alcançado a manter-se a trajetória de execução orçamental.

Aplausos do PS.

Cada português e cada portuguesa perguntam-se, legitimamente: foi para isto que o Primeiro-Ministro me exigiu tantos sacrifícios? Pagamos mais caro a luz, o gás, os transportes, a saúde, os impostos, ganhamos menos ou estamos desempregados e, afinal, a meta do défice deste ano, provavelmente, nem sequer vai ser atingida!

Aplausos do PS.

O que acha que os portugueses pensam de si e do seu Governo, Sr. Primeiro-Ministro? Não bastava as promessas eleitorais não cumpridas de que não aumentaria o IVA ou jamais retiraria subsídios de Natal e de férias, quando essa foi, precisamente, a primeira decisão que tomou quando chegou ao Governo!

Tanto sacrifício e tanto esforço, para quê, Sr. Primeiro-Ministro?

Chegámos aqui por sua responsabilidade.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Oh!...

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Não arranje mais desculpas! Não arranje mais desculpas!

Aplausos do PS.

Ninguém lhe pede o impossível. E sabíamos que o Memorando da troica teria consequências do ponto de vista económico e social. O que está em causa é que a sua dose excessiva de austeridade fez com que essas consequências fossem maiores, havendo mais desemprego e menos economia do que, inclusivamente, nas suas previsões, Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos do PS.

O Sr. Primeiro-Ministro teve tudo à sua disposição. Tudo! Teve uma maioria absoluta, um Presidente da República solidário, a postura responsável e construtiva do Partido Socialista, a cooperação dos parceiros sociais.

É este o estado da Nação: um país mais pobre, paralisado, desmoralizado e um Primeiro-Ministro passivo e de braços caídos.

Nós avisámos no tempo certo. O seu caminho é que é errado.

É preciso mais tempo para o processo de consolidação orçamental. E não venha assustar os portugueses, Sr. Primeiro-Ministro, porque já houve outros países que o conseguiram e isso significa aliviar os sacrifícios às famílias e às empresas.

Aplausos do PS.

Em Portugal e na Europa todos sabem que se o PS fosse hoje governo honraria os compromissos e as metas. Nós olhamos para a realidade, nós temos uma receita alternativa e aquilo que se constata é que o Memorando que foi aplicado por uma realidade diferente, com um menor ajustamento previsto, neste momento está a causar mais recessão, mais desemprego e mais empobrecimento no nosso país.

O problema não é, pois, entre responsabilidade e irresponsabilidade. Tanto o Governo como o PS estão no caminho de cumprir e honrar o Memorando. O problema está, com clareza, em dois caminhos diferentes para atingir as mesmas metas e os mesmos objetivos.

Aplausos do PS.

Até quando, Sr. Primeiro-Ministro, vai resistir a defender com convicções medidas no plano europeu que beneficiarão Portugal e a Europa, como a mutualização de uma parte da nossa dívida e o reforço dos poderes do Banco Central Europeu?

Nunca lhe exige, Sr. Primeiro-Ministro, que fizesse milagres. O que sempre lhe exige e lhe exijo hoje, outra vez, é lucidez para entender que o caminho que está a seguir — o da austeridade a qualquer preço — é um caminho errado e perigoso.

Sr.^a Presidente, no decurso deste ano, o Partido Socialista sempre soube estar à altura das suas responsabilidades, colocando o País e os portugueses em primeiro lugar.

Ao longo do último ano apresentámos cerca de 350 propostas e soluções alternativas às do Governo.

O País contou com uma mais-valia única, salientada em todas as análises internacionais. O Governo — tome atenção, Sr. Primeiro-Ministro — contou com uma mais-valia única. Contudo, malbaratou essa vantagem, tantas vezes de forma gratuita, como hoje se comprovou neste debate do estado da Nação.

Aplausos do PS.

O ataque ao PS, muitas vezes sem possibilidade regimental de reposta, tornou-se uma rotina para o Governo e para a maioria. A sua postura, a vossa postura, a vossa agenda ideológica tornam cada vez mais difíceis os consensos no nosso país.

Aplausos do PS.

O Governo faz as suas escolhas e será responsabilizado por elas.

Sr. Primeiro-Ministro, quero ser claro uma vez mais: as suas escolhas não são as minhas escolhas, não são nem serão as nossas escolhas.

Aplausos do PS.

O PS manterá o caminho da responsabilidade e da defesa do interesse nacional e dos valores em que acreditamos. São compromissos que aqui renovo e dos quais o PS e eu próprio não nos desviaremos.

Há outro caminho alternativo para Portugal e há uma alternativa séria a este Governo; só com a liderança do PS essa alternativa é possível. Estamos a construí-la com os portugueses, rumo a um novo futuro para Portugal!

Aplausos do PS, de pé.

A Sr.^a **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Montenegro.

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Depois destes 24 minutos de banalidades,...

0

Aplausos do PSD.

Protestos do PS, batendo com os pés no chão.

... não posso deixar de dizer que o estado da Nação contém dificuldades, mas o estado do PS é deplorável. O Dr. António José Seguro perdeu uma nova oportunidade!

Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro: No passado dia 29 de maio, o antigo Ministro das Finanças do governo socialista, Dr. Teixeira dos Santos, veio à Assembleia da República e, sobre a sua decisão de reprivatização do BPN, reconheceu que tinha «passado a ‘batata quente’ ao novo Governo».

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça** (PS): — É mentira!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Esta afirmação é, a todos os títulos, lapidar! Durante este ano, talvez não tenha existido uma definição tão perfeita do contexto em que este Governo e a maioria que o apoia foram forçados a exercer este tremendo esforço de evitar que o País se afundasse na bancarrota financeira e viesse a colapsar na descrença sobre si mesmo.

Aplausos do PSD.

É bem verdade, Sr.^a Presidente e Sr. Primeiro-Ministro, que este Governo e esta maioria parlamentar ficaram com múltiplas «batatas quentes» nas mãos. Só que, ao contrário do Partido Socialista, não as largámos na primeira oportunidade, assumimos que temos como missão histórica e geracional transformar e salvar Portugal.

Por mais dura que seja essa tarefa, não a delegamos em ninguém. Por mais desgaste e incompreensão que ela traga, não abdicamos de a cumprir.

Para aqueles que ainda não perceberam, nenhum de nós, no Governo e nas bancadas da maioria, está preocupado com o seu futuro político.

O que nos mobiliza é dar futuro àqueles que virão a seguir a nós.

Aplausos do PSD.

O que nos mobiliza é pôr este País a crescer. O que nos mobiliza é garantir a igualdade de oportunidades, é garantir a dignidade de cada pessoa e o respeito pelo projeto de vida de cada um, é preservar a democracia e o Estado social, é promover a justiça e a solidariedade social e geracional.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, quando, há um ano, limitámos a nossa soberania financeira e pedimos ajuda externa, era tudo isto que estava em causa. Um Estado falido ou um Estado ciclicamente dependente da ajuda exterior é um Estado que verdadeiramente não cresce, não consolida a criação de riqueza e de emprego.

Um Estado financeiramente desequilibrado não garante o acesso universal a sistemas públicos de qualidade, fomenta as desigualdades e frustra milhares e milhares de projetos de vida aos seus cidadãos.

Que maior injustiça pode ter uma pessoa, uma família ou uma empresa do que não ter uma oportunidade?

Que maior drama pode ter uma pessoa, uma família ou uma empresa do que não ter o auxílio do Estado quando dele precisa, porque ele, falido, não tem meios para acorrer a essa necessidade?

Sr.^{as} e Srs. Deputados, o falhanço dos governos anteriores foi, antes de mais, este mesmo: a dívida, o défice, as faturas que legou e as faturas que não controlou acarretaram a injustiça e a desigualdade.

Com todo o respeito pelo exercício do respetivo direito, é um pouco como as greves em tempos de crise: quem mais sofre quando param os transportes públicos é quem não tem alternativa nem meio próprio para se movimentar. Quem mais sofre quando não tem disponível o serviço público de saúde é quem não pode recorrer a um serviço privado.

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Quem mais sofre quando um país se asfixia em dívidas, despesas e ilusões é quem está mais dependente e mais vulnerável.

Quem pensa que resolve essa dependência e essa vulnerabilidade com mais dívida e mais despesa, está a aumentar a injustiça e a desigualdade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, nós sabemos que aqueles que têm menores rendimentos, que estão desempregados ou que vivem com receio de perder o emprego são os que mais sofrem.

Por isso, pedimos, neste ano, maiores sacrifícios a quem tem mais rendimentos. Fizemo-lo quando tributámos adicionalmente os rendimentos singulares e coletivos mais elevados ou quando introduzimos uma taxa de imposto adicional de 25% ao excedente das pensões superiores a 5000 € e de 50% no excedente das pensões superiores a 7500 €.

Mas também sabemos que a emergência social que esta crise trouxe exigiu a intervenção e a mediação do Estado para garantir que ninguém ficasse para trás. Quando aumentámos as taxas moderadoras para quem pode mais e isentámos quem pode menos; quando baixámos as margens de lucro das farmacêuticas e o preço dos medicamentos; quando isentámos de cortes remuneratórios funcionários públicos e pensionistas com rendimentos abaixo de 600 €; quando descongelámos o aumento das pensões mínimas;...

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — São uns «mãos largas»!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — ... quando implementámos tarifas sociais em função dos rendimentos e não em função da idade ou outra condição; quando fizemos, tudo isto, Sr.^{as} e Srs. Deputados, foi para garantir que ninguém ficava para trás.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Tenha vergonha!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Foi para proteger os mais vulneráveis.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, as faturas dos últimos anos constituem, objetivamente, a expressão duma sociedade estruturalmente injusta e de um Estado social de «fachada».

O regresso ao passado que é a nova divisa do Partido Socialista, o regresso à receita da facilidade e da retórica da ilusão é a antítese daquilo que queremos para Portugal,

O PS do Eng.^o Sócrates governou como se não houvesse amanhã. Mas o PS do Dr. Seguro faz oposição como se não tivesse havido ontem.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Um e outro desempenho têm em comum os mesmos protagonistas, as mesmas políticas e o mesmo tacticismo. Um e outro desempenho preocupam-se sempre com o mais imediato e com a popularidade do momento.

Foi assim em 2009, quando, para ganhar eleições, aumentaram os vencimentos dos funcionários públicos e baixaram a taxa do IVA.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Foi assim em 2010 com PEC em cima de PEC, com medidas que diziam ser absolutamente necessárias mas que seriam suficientes.

Foi assim, com uma austeridade às «pinguinhas», ao sabor dos ventos e das viagens a Berlim e a Bruxelas. Foi assim, sem rumo, sem sentido, sem estratégia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Foi assim também com a já esquecida folga orçamental que diziam existir para este ano.

Ainda agora o Sr. Deputado António José Seguro diz ao País que a taxa adicional de IRS de que lançámos mão no ano passado para cumprir o nosso défice não era necessária! Não sabe o Sr. Deputado António José Seguro que, sem as receitas extraordinárias, o défice foi de 8,4%? Queria o Dr. António José Seguro que não tivesse sido de 8,4%, tivesse sido de 9% ou de 9,1%? Queria que fôssemos capazes este ano de baixar esse défice de 9% para 4,5%? É essa a receita do Partido Socialista?

Agora dizem que, desde outubro, defendem mais tempo para o programa de ajustamento financeiro. Como é possível que digam tal coisa desde outubro? Negociaram em abril, aceitaram e assumiram este prazo, disputaram eleições em junho e, menos de três meses depois, ainda o programa estava no seu início, já queriam dar o dito por não dito?!

Que crédito teríamos perante os nossos parceiros internacionais e que consequências poderiam advir de uma medida dessas, Sr. Deputado António José Seguro? As mesmas que o povo espanhol vai sofrer em função do acordo que conseguiu?

Sr. Deputado António José Seguro, deixe-se de eufemismos! Diga preto no branco: os termos, o pacote financeiro e o prazo do Memorando foram mal negociados pelo seu antecessor na liderança do PS?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Dr. Silva Pereira, o Dr. Vieira da Silva, o Dr. Teixeira dos Santos, foram incompetentes a definir o prazo do programa?

É que não se pode aplaudir de pé quem definiu, defendeu e defende este acordo e, ao mesmo tempo, berrar e clamar contra o seu conteúdo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — O Sr. Deputado está muito igual àquele primeiro-ministro que, em maio de 2010, afirmou que Portugal era o campeão do crescimento económico da Europa e que, 15 dias depois, dizia que o mundo tinha mudado e que eram precisas medidas de austeridade.

Sr. Deputado, o país precisa de saber se Seguro e Sócrates são, afinal, duas faces da mesma moeda, da mesma receita, da mesma doutrina, da mesma ilusão!

Aplausos do PSD.

Vamos falar verdade! O PS assume ou não assume os seus erros? O PS quer ou não ser fiel aos compromissos que rubricou? O PS cumpre ou não o Memorando que assinou e que negociou com a troica? A revisão das leis laborais, a nova lei do arrendamento urbano, a diminuição de organismos e serviços duplicados, a redução de cargos dirigentes, a reforma da administração local, a renegociação das parcerias público-privadas, a Lei dos Compromissos e dos pagamentos em atraso são tudo exigências e compromissos impostos pelo Memorando, que o PS negociou e que não quis, posteriormente, aprovar. Como não aprovou os programas de emergência social. Até o Impulso Jovem ou o Programa de Apoio à Economia Local não merecem a aprovação do Partido Socialista.

O Memorando não impõe mas, em boa hora, o Governo elegeu a concertação social como um esteio da transformação estrutural do país, do seu projeto de crescimento, de emprego e de competitividade.

Porque foge o PS de ser um aliado do País na concertação com os parceiros sociais, com as instituições particulares de solidariedade social ou com as autarquias locais?

Sr.^{as} e Srs. Deputados, o País precisa — e nós entendemos necessário — do envolvimento do PS nas mudanças estruturais que temos de realizar.

Protestos do PS.

Mas o PS não pode dizer que quer participar, não pode dizer que quer ser ouvido e, depois, recusar o diálogo, fugir à concertação e ao compromisso, como fez ainda esta semana a propósito da reforma eleitoral das autarquias locais.

Protestos do PS.

Nós desejamos ter o PS como parceiro da transformação de Portugal, mas não podemos deixar de denunciar a recusa do PS em assumir esse papel. É uma recusa legítima, mas é também uma recusa incompreensível.

Se houve sinal que nos diferenciou positivamente na Europa foi o apoio de mais de 85 % dos Deputados que aqui estão ao programa de ajustamento.

O tacticismo partidário não deve prevalecer agora, face à estratégia nacional de crescimento.

Sr.^a Presidente e Srs. Deputados: O número e o alcance das reformas que foram lançadas este ano é extenso. Foi tudo bem feito? Claro que houve alguns erros e algumas omissões, mas mudar também significa arriscar, significa ousar, significa resistir e persistir. Essa capacidade de resiliência está no ADN dos portugueses. A resposta às adversidades da nossa sociedade é notável.

Quero aqui, usando da palavra em nome do partido que lidera o Governo, ter a humildade de perceber e partilhar as angústias de muitas e muitos concidadãos que, diariamente, enfrentam os constrangimentos desta crise.

Sabemos que há muitos milhares de compatriotas que estão involuntariamente desempregados, que procuram nas filas dos centros de emprego uma oportunidade, que teima em não aparecer, que transportam a revolta de querer trabalhar, de utilizar a sua formação e a sua qualificação e não conseguem.

É a pensar neles que estamos a criar mais competitividade na economia, estimulando o empreendedorismo e a inovação, criando condições para atrair investimento, flexibilizando as leis laborais,...

Protestos do PCP.

... apostando na diplomacia económica, agilizando a atividade industrial, viabilizando negócios e empresas que criem emprego e valor.

Temos a noção de que muitos estão cansados de esperar, estão descrentes, mas queremos dizer-lhes que estas são sementes que plantamos hoje para darem fruto amanhã.

Também sabemos que há milhares de pequenos e médios empresários que têm ideias, que têm negócios viáveis e competitivos mas que não têm liquidez para os desenvolver.

Uns, não conseguem ter dinheiro para comprar matérias-primas; outros, não conseguem seguros de crédito; outros, não têm meios próprios para se internacionalizarem; outros, estão asfixiados, porque não recebem a tempo e horas, muitas vezes, da própria Administração Pública.

Protestos do PS.

Sabemos que o sistema financeiro não está a dar resposta cabal a estas necessidades. O acesso ao crédito é difícil e os juros são, de facto, elevadíssimos. Mas temos dito, e aqui reafirmamos, que é preciso inverter esta aversão ao risco do sistema financeiro.

Mas os programas de apoio ao investimento, a diplomacia económica, o consumo de produtos nacionais e a reprogramação dos fundos comunitários são apostas estratégicas corretas, porque capacidade e versatilidade têm as nossas empresas como atesta o comportamento das exportações.

No meio da crise há, em Portugal, muitos exemplos de projetos individuais e empresariais de sucesso e é também na inspiração desses exemplos que devemos encarar com otimismo e com esperança o nosso futuro.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, uma última palavra para o clima social. Não somos daqueles que não ouvem, que não valorizam as mensagens e as críticas construtivas que dimanam da sociedade.

Mas, tal como a grande maioria dos portugueses, não confundimos aqueles que confrontam, de forma leal, as suas ideias com as nossas, com aqueles outros que, sendo uma minoria, fazem da intimidação e do fanatismo o meio de impor os seus dogmas.

Somos os primeiros a respeitar os pensamentos minoritários, mas quando uma minoria quer impor à força a sua vontade e paralisar uma maioria que quer trabalhar, uma maioria que tem, indiscutivelmente, mais apoio social, a resposta é só uma: não baixaremos os braços! Não nos deixaremos intimidar, nem desistiremos de transformar Portugal!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O povo falou com muita clareza há um ano. O País não quer a intolerância, o irrealismo e o radicalismo da esquerda; o País quis mudar e nós queremos cumprir a mudança com o País. Nós acreditamos na capacidade dos portugueses! Nós acreditamos em Portugal!

Como há 500 anos, seremos imunes ao pessimismo e à descrença dos «velhos do Restelo».

Como sempre fizemos nos momentos mais difíceis dos nossos nove séculos de história, estamos proibidos de deixar de acreditar!

Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.

A Sr.^a **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O debate do estado da Nação tem sempre como termo de referência ou de comparação o debate do estado da Nação do ano anterior.

Neste caso, tal termo não existe, pois o último debate foi em 15 de julho de 2010, e sabemos porquê.

Entretanto, muita coisa aconteceu e este é o primeiro debate do estado da Nação deste Governo e desta maioria e é também o primeiro debate desde que Portugal está sujeito ao Memorando de Entendimento. Ainda assim, o fundamental é, de facto, fazer a comparação, saber como estávamos há pouco mais de um ano e saber o que mudou entretanto no País.

Destaco nessa matéria, cinco diferenças fundamentais: em primeiro lugar, há pouco mais de um ano, o País estava a um passo de distância da bancarrota e era, juntamente com a Grécia, o caso mais preocupante da crise das dívidas soberanas.

Foi por isso que o anterior Governo se viu obrigado a negociar e a assinar um pedido de ajuda externa, que, de resto, atrasou o mais que pode, prejudicando com isso o País.

Foi também por isso, e não por causa dos PEC, ou de uma qualquer conspiração de bastidores, que as eleições se tornaram inevitáveis. O Governo socialista tinha perdido toda a sua credibilidade e tinha perdido também a confiança dos portugueses.

Não tem, por isso, qualquer sentido a tese nostálgica, que temos ouvido e que continuam a alimentar, de que estava tudo a correr bem, ou, pelo menos, menos mal e que foram desnecessariamente afastados do poder.

Se deixaram de governar, se foram afastados do poder, foi porque os portugueses o quiseram, foi porque houve eleições e foi porque tiveram o resultado que mereciam: a derrota.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Hoje, o Memorando de Entendimento, impõe-se, em si mesmo, enquanto padrão essencial de avaliação. Ou seja, qual é a pergunta essencial hoje em dia? A pergunta essencial é: somos ou não capazes de cumprir? Essa é a pergunta!

Perante esta pergunta, a resposta é inequívoca: foram realizadas quatro avaliações e tivemos quatro avaliações positivas. Ou seja, a resposta é inequívoca: estamos a cumprir as nossas obrigações!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Esse é um mérito que, mais do que à maioria, mais do que ao Governo, deve ser atribuído aos portugueses, ao seu esforço, ao seu trabalho, à sua resiliência e à coragem perante a adversidade — traços fundamentais, de resto, do carácter do nosso povo —, aos portugueses anónimos, que não entregam os pontos e nunca entregarão Portugal.

É a esses que o mérito deve ser atribuído.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Em segundo lugar, Srs. Deputados, existe uma diferença absoluta na forma como a situação que vivemos hoje é transparentemente exposta aos portugueses. Ou seja, já não vivemos no tempo dos grandes anúncios, de mais obras, de mais investimentos públicos, de mais TGV, ou de mais PPP, quando não havia, sequer, dinheiro para pagar salários.

Há uma nova relação entre o poder político e a verdade e essa relação tem um efeito positivo, porque é graças a essa relação que os portugueses tomam consciência e aceitam muitos dos sacrifícios que lhes são pedidos. Para poder confiar é preciso que, primeiro, nos digam a verdade e que dizer a verdade se torne um hábito, como se tem vindo a tornar.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Em terceiro lugar, há um dado fundamental que mudou no País: onde existia uma minoria instável existe hoje uma maioria estável e sólida de dois partidos.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Essa necessidade de afirmação tem muito que se lhe diga!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: Perante um caminho que está cheio de dificuldades, e onde surgem até algumas dificuldades, o recente Acórdão do Tribunal Constitucional é disso um bom exemplo ao comparar o incomparável entre o público e o privado e ao concluir que um ano pode ser exceção, mas dois já não podem ser exceção. Aí estão: dificuldades inesperadas.

Perante isto, é bom que haja uma maioria e é bom que se saiba que, no limite, existe uma maioria, uma maioria que está aqui e que, no essencial, naquilo que é fundamental, que é cumprir e resgatar Portugal, é «à prova de bala» e não falhará no apoio a este Governo.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Em quarto lugar, e mais importante, mudou radicalmente a perceção externa do nosso País. Há um ano, Portugal era visto como o caso mais complicado de todos a par da Grécia; um ano depois, Portugal é encarado como um caso próprio e é visto internacionalmente como um exemplo positivo, a par da Irlanda, que regressou agora aos mercados.

Nestes últimos dois dias e na sequência da reunião do Eurogrupo, vieram responsáveis europeus, ao mais alto nível, de Claude Junker a Mário Draghi, referir-se a Portugal elogiando os «sinais positivos» ou os «bons progressos». Ganha corpo a ideia de um caso exemplar e, com ela, a disponibilidade e a flexibilidade no apoio ao nosso País. Ganhamos, assim, margem para readaptar, se necessário, já em Agosto. Isto é muito relevante, Srs. Deputados, a menos que se pense, como alguns Srs. Deputados pensarão, que «são todos agentes do pacto da troica estrangeira»!... Senão, obviamente, estas palavras são importantes para o nosso País.

Em quinto lugar e último, mudou completamente a atitude do País em relação às reformas estruturais, tão discutidas, tão faladas, tão anunciadas, mas sempre adiadas.

Hoje, avançam reformas tão importantes como sejam: a reforma das leis laborais; o regime jurídico de concorrência e dos reguladores; a extinção dos governos civis e mais de 162 entidades; o novo regime jurídico do arrendamento; o novo regime jurídico das fundações; a reforma da Justiça, que discutiremos amanhã; a reforma da ação executiva e da ação penal; a reforma das autarquias; a reforma da educação, a aposta no mérito dos professores e a revisão curricular. Enfim, o espírito reformista avança indiscutivelmente! Temos pouco tempo, Sr. Deputado José Junqueiro. Temos muito pouco tempo.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Têm, têm! Têm cada vez menos tempo!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Temos de ser rápidos.

A coragem reformista é um dado positivo e deve ser decisiva na construção do modelo económico que desejamos. Se, no estado da Nação, podemos detetar sinais positivos, como o crescimento das exportações (+ 6,5%) ou a existência, rara, de um excedente na balança comercial — o primeiro excedente desde 1943, o primeiro excedente desde a II Guerra Mundial! —, não ignoramos dados que são preocupantes. Logo à partida, a taxa de desemprego e o que ela significa para tantos e tantos portugueses, com quebra de receita e aumento de despesa, dificultando o cumprimento dos objetivos do *deficit*.

Esta realidade implica uma particular atenção e determinação prosseguindo políticas de apoio aos desempregados e de criação de emprego, bem como um conjunto de políticas que o Governo tem lançado sob o lema *Ética Social na Austeridade*, a majoração do subsídio de desemprego quando os dois membros de um casal estão no desemprego, ou o descongelamento, Sr. Deputado — finalmente, o descongelamento! —, das pensões mais baixas, ou o combate à fraude nas prestações sociais. São elementos fundamentais da nossa política.

Feita a exposição destes cinco pontos do estado da Nação, não deixaria de fazer uma breve reflexão sobre um outro Estado: o estado da oposição.

Para nós, é absolutamente fundamental que o Governo e a maioria mantenham toda a sua disponibilidade de diálogo e que procurem consensualizar tudo o que seja consensualizado. Mas, para isso, é necessário que à nossa esquerda existam interlocutores.

Em democracia, um bom Governo precisa sempre de uma boa e leal oposição. Desse ponto de vista, devo confessar que não temos grande expectativa em relação aos partidos mais à esquerda da nossa esquerda. Coerentemente, começaram por recusar-se a falar com a troica, quando disso dependia o salário de tantos funcionários públicos.

Vozes do PCP: — Mentira! Uma vergonha!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — De seguida, apontaram como grande exemplo e farol a seguir o caso da Grécia e a contestação nas ruas esquecendo-se que, se há país que foi prejudicado pela contestação e pela instabilidade, que renegociou a sua dívida e não beneficiou nada com isso, foi precisamente a Grécia, que no fim, em eleições, escolheu, como nós queremos, o caminho da Europa.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Não têm nenhuma solução e muito menos seriam capazes de nos explicar, se seguissemos as vossas ideias, se seguissemos as vossas propostas, como pagaríamos os salários, quem nos emprestaria dinheiro...

Protestos do PCP.

... e sobretudo, mesmo que nos emprestassem dinheiro, a que juros receberíamos esse dinheiro. Não têm outra solução que não seja apelar à paralisação e à greve e isso, nas atuais circunstâncias do País, é absolutamente irresponsável. Se há coisa que o País, não precisa é de mais greves.

É, de resto, minha convicção que a tolerância dos portugueses com paralisações corporativas que podem penalizar definitivamente sectores já de si tão endividados é cada vez menor. Só na saúde, o buraco é de 3000 milhões. É evidente que não foram os profissionais de saúde que governaram o País nos últimos anos,...

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Mas vão pagar por isso!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — ... mas é bom que tenham consciência da situação de emergência nacional e dos sacrifícios que vivem tantos e tantos portugueses. O País precisa de trabalho! O País não precisa de mais greves!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Se pouco esperávamos dos sectores mais à esquerda, o mesmo não diria, no entanto, do Partido Socialista. Desde logo, pela responsabilidade que o PS tem na situação atual: foi ele que negociou e assinou o pedido de ajuda.

Muito nos aproxima ou devia aproximar do maior partido da oposição. Ainda que com sensibilidades diferentes, partilhamos a mesma visão europeia, partilhamos a mesma visão democrática e, sobretudo, recusamos, ambos, o radicalismo. No entanto, o PS parece não conseguir demarcar-se do passado e assumir uma posição que seja construtiva ou de iniciativa. Num país em que o descontentamento foi sempre relevante e justificado, até, pelo nosso atraso histórico e estrutural, num País em que o descontentamento é ainda mais compreensível pelas dificuldades que atravessamos, o PS constituiu-se como uma espécie de caixa-de-ressonância, de caixa postal ou até mesmo de «posta-restante» de todos os descontentamentos. É curto, é fácil, sobretudo para quem tem tantas responsabilidades no nosso passado recente!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Hoje, só faltou dizer que tínhamos recebido uma herança milionária e que a tínhamos desperdiçado. Pouco faltou dizer ao Sr. Deputado António José Seguro!

O PS é, hoje, mais um partido reclamante. E reclamar, Sr. Deputado José Junqueiro, é muito fácil. O difícil é propor, ter iniciativas e, sobretudo, realizar e cumprir.

A única alternativa que nos apresentam é pedir mais um ano, é pedir mais um ano à troica. Não só não é claro que seja útil — o BCE diz o contrário, e vejam o caso da Irlanda —, como é, sobretudo, muito curto. Apetece-nos perguntar: onde estavam? Quem é que negociou o prazo? Não foi exatamente este Partido Socialista que negociou o prazo? Onde estava a austeridade inteligente, nessa altura?

A receita que nos propõem de mais despesa pública é exatamente a mesma que nos conduziu à pré-bancarrota, há cerca de um ano. Não têm outra receita hoje, como não tinham outra receita no passado!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

As circunstâncias em que este Governo iniciou o seu mandato podem ser designadas quase como aquilo a que chamaríamos «a tempestade perfeita». Uma crise internacional, uma recessão interna, um pedido de ajuda: a tempestade perfeita. Mas não perderemos o rumo, nem a orientação.

Há um caminho a fazer nas PPP, nas autarquias, no corte de despesa. O desafio que temos é o de fazer, em pouco tempo e sob pressão, o que não foi feito durante muitos e muitos anos. Há um rumo e um objetivo.

Reajustar o modelo económico de uma economia baseada na despesa pública e no consumo interno para uma economia baseada na iniciativa privada e nas exportações, esse é o nosso caminho. Não o fazer era criar um ónus para as novas gerações, que não aceitamos que seja criado.

Continuar a endividar o País seria pôr o ónus nos nossos filhos. Não o permitiremos.

Vamos conseguir resgatar Portugal. Vamos conseguir que Portugal seja, de novo, uma nação livre e respeitada no quadro das nações europeias.

Aplausos do CDS-PP, de pé, e do PSD.

A Sr.^a **Presidente**: — Para uma intervenção, em nome do PCP, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Lopes.

O Sr. **Francisco Lopes** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Passou um ano de aplicação do pacto de agressão subscrito pelo PS e pelos partidos do atual Governo, com o FMI, a União Europeia e o Banco Central Europeu. Passou um ano de Governo PSD/CDS-PP e os resultados estão à vista: o estado da Nação é de profunda degradação económica, social, nacional.

Exploração, empobrecimento, injustiças e desigualdades sociais, desemprego, recessão, afundamento e desastre nacional, para benefício do capital monopolista e do continuado saque aos recursos nacionais, tais são as consequências deste ano da ação deste Governo.

Um milhão e duzentos mil trabalhadores no desemprego, alteração, para pior, do Código do Trabalho e a liquidação de direitos, essa prática de generalização da precariedade com contratação à hora por valores já abaixo do salário mínimo, o corte de salários, pensões e subsídios, a pobreza extrema, o ataque ao poder local, a destruição dos serviços públicos, a condenação de centenas de milhares de portugueses a uma morte antecipada por falta de acesso aos cuidados de saúde, a expulsão das novas gerações do País por razões económicas, a corrupção e o nepotismo, tais são algumas das chagas deste rumo que marca o presente de sofrimento e cada vez mais compromete o futuro.

Os trabalhadores e o povo português estão fartos disto. Disseram-no ao longo deste ano com uma intensidade de protesto e luta como há muito não se via. Dizem-no hoje mesmo os médicos na sua luta em defesa do Serviço Nacional de Saúde, que daqui saudamos.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Francisco Lopes** (PCP): — Dizem-no os trabalhadores dos mais diversos sectores e a população por todo o País, numa ação que se amplia traduzindo o imenso descontentamento, que alastra.

Apenas um ano depois da sua posse, o desgaste e a erosão da base social e política deste Governo são evidentes.

O Primeiro-Ministro disfarça ou procura disfarçar isso multiplicando-se em desculpas e mistificações; o Dr. Paulo Portas aproveita a qualidade de Ministro dos Negócios Estrangeiros para andar pelo mundo a fugir do País e das consequências desastrosas da política que o seu Governo está a executar.

Aplausos do PCP.

Prosseguindo e intensificando um rumo de décadas, o pacto de agressão com a troica está a levar a uma situação limite. Portugal não sai do pântano em que se afunda insistindo na política que o conduziu para ele. Não é saída aprofundar a agressão, como não é saída prolongá-la mais e mais anos ou instituí-la como instrumento permanente nos tratados, resoluções ou diretivas da União Europeia.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Francisco Lopes** (PCP): — No atual estado da Nação, os responsáveis pelo descalabro esforçam-se para esgrimir este ou aquele truque propagandístico. É a exaltação do resultado da balança comercial falsificando o significado das exportações e omitindo que traduz o afundamento do consumo privado e do investimento e não a substituição de importações por produção nacional.

É de lembrar que trazem aqui um exemplo que mostra uma situação semelhante, no caso, de mais extrema miséria e degradação que se verificou no nosso País, o tempo da II Guerra Mundial. É esse o exemplo que querem dar hoje e para o futuro, mas recusamos esse caminho.

Aplausos do PCP.

É ainda o pular de alegria, porque com a sua política só vão destruir, durante este ano, 5000 milhões de euros de riqueza do País, quando pensavam poder destruir um pouco mais.

Dizem que a recessão é mais ligeira, mas quando chegam a este ponto mostram já não ter mais nada para convocar a favor da sua política de desastre nacional. Resta-lhes o argumento do medo. Dizem «se não for assim é pior», mas, como se vê, continuar assim é ficar cada vez pior.

Vozes do PCP: — Exatamente!

O Sr. **Francisco Lopes** (PCP): — No estado a que a Nação chegou, medo só há que ter da continuação do rumo de afundamento que está em curso e que este Governo está a promover.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Francisco Lopes** (PCP): — É necessária e urgente a adoção de uma política patriótica e de esquerda que liberte o País dos interesses do grande capital e abra caminho para o desenvolvimento, a melhoria das condições de vida, o aprofundamento da democracia e a afirmação da soberania nacional.

O PCP defende a rejeição do pacto de agressão contra os trabalhadores, o povo e o País. O PCP defende a imediata renegociação da dívida pública, nos seus prazos, juros e montantes. Sim! É essencial, é urgente! Renegociação da dívida nos montantes, recusando, desde logo, a componente ilegítima dessa dívida.

Não aceitamos como legítima uma dívida que resultou da imposição e aceitação da destruição das estruturas produtivas nacionais fazendo-nos comprar fora aquilo que podíamos produzir cá.

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Francisco Lopes** (PCP): — Não aceitamos como legítima uma dívida que se agravou com a canalização de dinheiro público ao serviço do grande capital para tapar buracos como o BPN ou o BPP e com muitos milhares de milhões de euros para a banca.

Não aceitamos como legítima uma dívida que resulta do sistema de extorsão montado pelo BCE, com um empréstimo, sim, um empréstimo de dinheiro a 1% aos bancos para estes o emprestarem a 7% ou 8% ao Estado português. Sim, esta dívida é ilegítima. Por que não emprestaram diretamente? Por que recorreram a este saque, a esta montagem de extorsão?

Renegociação da dívida também nos prazos e nos juros, não aceitando a extorsão que representam. Cabe aqui sublinhar que não é suportável pagar mais de 7300 milhões de euros por ano, só em juros, por uma dívida em grande medida ilegítima e que continua a aumentar.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Essa é que é a verdade!

O Sr. **Francisco Lopes** (PCP): — É indispensável garantir que, no pagamento da dívida legítima, entre juros e amortizações, não se ultrapasse o valor de uma determinada percentagem das exportações — um critério idêntico ao garantido à Alemanha após a II Guerra Mundial. Já foi feito, já foi praticado, deve ser assumido nas condições de hoje.

Aplausos do PCP.

Só assim, dizemo-lo aqui hoje, só assim será possível evitar o comprometimento das condições de vida das atuais e das futuras gerações e libertar os recursos necessários ao crescimento económico, à criação de emprego, ao desenvolvimento do País.

O PCP defende o fim das privatizações e a recuperação do controlo público dos setores estratégicos da economia nacional, incluindo a banca, colocando-os ao serviço dos trabalhadores e do povo. Não se pode aceitar que saiam milhares de milhões de euros do Estado para os bancos e continuem a ser os interesses da acumulação e da especulação a comandar a sua gestão. Se, como aconteceu recentemente, para dois dos

maiores bancos o Estado canalizou uma verba três vezes superior ao seu valor nominal, há todas as razões para que a gestão desses bancos seja pública e ao serviço dos interesses nacionais.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Francisco Lopes** (PCP): — O PCP, na salvaguarda do interesse público, defende a anulação ou a renegociação de contratos das chamadas «parcerias público-privadas» e a adoção de uma política fiscal que acabe com o escandaloso favorecimento da banca e da especulação financeira, bem como que ponha termo às rendas inaceitáveis que se verificam.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Francisco Lopes** (PCP): — O PCP defende o desenvolvimento de uma política de defesa da produção e do aparelho produtivo nacional que substitua importações por produção nacional, assegure o aproveitamento dos recursos nacionais, estimule o crescimento económico, crie emprego, apoie as micro, pequenas e médias empresas e diversifique as relações económicas e comerciais do País.

O PCP defende o aumento dos salários, designadamente do salário mínimo nacional, das reformas e pensões, das prestações sociais, num processo de combate às injustiças e de melhoria das condições de vida, mas também de estímulo ao mercado interno, de valorização do trabalho e dos trabalhadores.

O PCP defende a afirmação dos serviços públicos na saúde, educação, segurança social, justiça, segurança das populações, cultura e transportes.

O PCP defende a assunção de uma política de defesa da soberania e da independência nacionais.

Há soluções, não há que ter medo do futuro. É preciso libertar os trabalhadores e o povo português do domínio do capital monopolista, libertar Portugal da dependência, libertar a Constituição da República da tirania que a amachuca e acorrenta.

Este é o tempo de um novo caminho. Quando é desenvolvida uma política contra a Constituição, quando o Presidente da República foge gravemente às suas responsabilidades, deveres e juramento, quando o Tribunal Constitucional aponta inconstitucionalidades, mas não obriga à sua retificação, é bom lembrar que a soberania reside no povo e que nas suas mãos está a chave do futuro. Assim foi e assim será!

O estado da nação portuguesa neste tempo em que vivemos exige a rutura e aponta o caminho: contra a política antipatriótica e de direita, uma política patriótica e de esquerda;...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Francisco Lopes** (PCP): — ... contra o retrocesso social e civilizacional, os valores de Abril, no futuro de Portugal.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para uma intervenção, em nome do Bloco de Esquerda, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro: Há um ano, no debate do Programa do Governo, o grande argumento de autoridade da maioria, que, então, se formou, do PSD e do CDS era o resultado eleitoral, considerando a maioria que havia uma expressão alargada, plebiscitada, daqueles que tinham sido os conteúdos do Memorando de Entendimento com a troica. Este foi o argumento de autoridade: 85% teriam votado pelo Memorando de Entendimento com a troica. Apoiavam-se, então, num veredito popular, numa leitura daquilo que poderia ser uma realidade social em Portugal.

Hoje, neste debate sobre o estado da Nação, não ouvimos invocar nenhuma realidade popular, social, ouvimos sempre, como argumento de autoridade, único, seco e exclusivo, as avaliações da troica. A primeira, a segunda, a terceira, a quarta e chegaremos a um debate do estado da Nação em que já iremos na sétima ou

na oitava avaliações da troica. As avaliações da troica constituem, agora, o argumento de autoridade para o debate do estado da Nação.

Srs. Deputados da direita, Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro: É pouco, mas é muito elucidativo. Não estamos aqui a discutir se o País melhorou ou piorou, se as suas condições de investimento, hoje, têm maior espaço de sucesso, se a economia pode ser relançada, se o desemprego pode ser contido, se se podem alterar os termos de troca de Portugal no campo europeu. Não! Não estamos a discutir nada disso! Estamos a discutir se a avaliação correu bem. E vem aí a quinta! Muito importante!

Sr. Primeiro-Ministro, que usou aqui, várias vezes, a expressão de dicionário de sinónimos, saímos deste debate sem saber em que dicionário é que vamos procurar a explicação dessa frase elítica, de que a troica virá favorecer e melhorar os termos do Memorando. O que é que será «favorecer e melhorar»? Aqui está um dilema, um enigma que não foi hoje explicado. Mas o povo português habituou-se a perceber que isso quer dizer, mais ou menos, mais medidas de austeridade.

Esse argumento de autoridade vem, afinal, desembocar num lugar comum: o País está pior! Enfim, os Srs. Deputados da maioria assinalaram diferenças, falaram de expectativas, de convicções, dos dias de ontem ou de amanhã, mas não falaram do País e não disseram que ele está pior, talvez até porque isso já seja um lugar comum. O País está pior, continua a piorar e, de avaliação em avaliação, estará pior!

A questão mais grave, e esta já não é um lugar comum, é que o País está sem saída. Esta receita não tem saída e é inacreditável que o Primeiro-Ministro venha a um debate do estado da Nação e não fale do buraco orçamental, não fale da derrapagem orçamental. Tudo foi feito em nome deste «santo»! Ora, «o santo caiu do andor»!

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Exatamente!

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — É impossível não discutir esta circunstância no momento atual.

Mas diz-nos o Sr. Primeiro-Ministro: «Bem, quem quiser, faça favor, apresente umas propostas, como é que pode haver uns cortes, como é que se vão arrecadar meios orçamentais importantes, extraordinários, para fazer face àquilo que é a derrapagem orçamental». Curiosamente, o Bloco de Esquerda apresentou algumas propostas, que o Sr. Primeiro-Ministro até conhecia, de corte de juros, porque os juros são abusivos, de um imposto sobre o património de luxo, de cortes significativos nas parcerias público-privadas e nos rendimentos que elas representam para privados, rendimentos de favor e de privilégio, enfim, apresentámos algumas propostas. Curiosamente, quem não apresentou proposta nenhuma, neste debate, foi o Primeiro-Ministro, que desafiou os outros a apresentarem propostas e veio aqui dizer-nos que não vai dizer nada.

Aplausos do BE.

Ó Sr. Primeiro-Ministro, vou usar até os seus termos, pela ironia e pela elegância da forma. Ouça, o problema da «porcaria na ventoinha» está mesmo no acordo com a troica e no Orçamento que executa. Aí é que está a porcaria na ventoinha! É com essa que assusta o povo português, e difunde-a por toda a parte!

Aplausos do BE.

Sr. Primeiro-Ministro, o Bloco de Esquerda, conjuntamente com outros Deputados, apresentou uma exposição ao Tribunal Constitucional contestando aquilo que pensava serem ilegalidades e inconstitucionalidades nos cortes que foram feitos aos pensionistas, a funcionários públicos, a trabalhadores independentes. Aquilo que o acórdão do Tribunal Constitucional, de que o Sr. Primeiro-Ministro, hoje, numa manobra algo tosca, aqui tentou cobrir-se, veio dizer não foi que há que repartir austeridade, não foi que tenha de ser distribuído sacrifício aos trabalhadores do setor privado, o acórdão fala de outro tipo de rendimentos. Na prática, aquilo que o Sr. Primeiro-Ministro hoje, aqui, indiciou foi apenas que vai aumentar impostos, mas sobre a parte mais fraca da nossa sociedade e não sobre aqueles que, efetivamente, poderiam pagar. Portanto, esse é um segredo de Polichinelo, Sr. Primeiro-Ministro! Vai daqui com um aumento de impostos prometido e já sabemos sobre quem vai cair.

Sr. Primeiro-Ministro, este foi o ano do agravamento extraordinário do desemprego. É preciso um topete extraordinário para chegarem aqui, à Assembleia da República, o Governo e os Deputados da maioria, e dizerem-nos que este Governo não deixa ninguém para trás. Perante 1 milhão de desempregados, metade deles sem apoio, quem é que ficou para trás e quem é que não ficou para trás?! Seguramente, os *boys* que distribuíram pelas empresas, estes, não ficaram para trás!

Este foi o ano, e devo assinalá-lo, para terminar, em que este Governo se comprometeu com um Tratado Orçamental na Europa, um tratado *ad latere* em relação ao Tratado da União Europeia, que mata o Estado social. Conseguiu até um consenso semialargado para a sua aprovação. A urgência dele manifesta-se pelo facto de estar a «dormir» nas gavetas de Belém, mas o seu significado político é óbvio, é notório e é altamente consistente: esse Tratado Orçamental é a política do garrote sobre Portugal, é a política europeia que não pretendemos, é a política europeia onde não temos qualquer lugar. Foi esse Tratado que o Governo aqui fez aprovar, na Assembleia da República, e que aguarda ratificação, mas esse Tratado é o símbolo da Europa que não pretendemos e de uma política orçamental e social que estão condenadas por este Governo e por todos aqueles que lhe queiram seguir os passos.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente**: — Para uma intervenção, pelo Partido Ecologista «Os Verdes», tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Vou fazer um esforço para tentar encaixar, de forma muito rápida, seis notas em apenas 2 minutos.

Foi aqui invocada, neste debate, diversas vezes, por parte do Governo, do PSD e do CDS, a questão da avaliação positiva da troica, como se fosse isso que desse sustento aos portugueses. Ocorre que a troica se sustenta, nessa avaliação, em critérios que nada têm a ver com a vida concreta das pessoas nem com a capacidade de o País gerar riqueza, porque, se estes critérios estivessem na base da avaliação da troica, a troica, obviamente, faria uma avaliação negativa, como, de resto, os portugueses fazem, porque não têm outra hipótese senão fazer, de facto, uma avaliação negativa daquilo que afeta tão negativamente a sua vida diária e a sua vida concreta.

Segunda nota: acho inacreditável, como já referi na primeira intervenção, que o Governo não apresente nenhuma medida para o combate ao desemprego, mas é ainda mais inacreditável que o Governo, com a sua própria mão, ao contrário daquilo que o Sr. Primeiro-Ministro diz, venha contribuir diretamente para o desemprego. E, senão, pensemos: o que é que vai acontecer aos milhares de professores contratados no próximo ano letivo? Adivinha-se, Srs. Deputados, com tantos professores do quadro, de 7000 a 8000, com horários zero no próximo ano letivo! E o que é que vai acontecer aos psicólogos escolares contratados?

Por outro lado, o Governo, inacreditavelmente, enxovalha carreiras, em Portugal. E os profissionais de saúde que o digam!

Terceira nota: é absolutamente inadmissível, Sr.^a Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território — já agora, gostava de me dirigir diretamente a V. Ex.^a — a chantagem (chantagem, com todas as letras) que o Governo anda a fazer para trocar dívida dos sistemas de abastecimento de água e saneamento por privatização da água. Sr.^a Ministra, isto não se faz, a chantagem é uma coisa muito feia! Impor assim a privatização da água para desgraçar mais os consumidores e os próprios sistemas é absolutamente inacreditável.

Quarta nota (o Sr. Primeiro-Ministro não está aqui, mas provavelmente os Srs. Ministros farão o favor de lhe transmitir): ficámos na mesma sem saber onde é que a tróica vai facilitar e melhorar. E Os Verdes gostavam de perguntar diretamente o seguinte: será que este facilitar e este melhorar implicarão receitas extraordinárias para «maquilhar» o défice que continua a galopar?

Quinta nota: o Sr. Primeiro-Ministro, na intervenção inicial, veio fazer um desafio ao PS. Bom, não foi por acaso que o fez ao PS, há certas amizades que perduram...

Mas o Sr. Primeiro-Ministro veio fazer um desafio ao PS relativamente ao próximo Orçamento do Estado, para 2013. Não se lembra o Sr. Primeiro-Ministro que o PS tem dado uma «boa mão»?! Deu-a na viabilização do Orçamento do Estado para 2012, no Código do Trabalho e outros exemplos poderiam ser dados. De resto,

como o PSD deu «boa mão» ao PS quando o PS estava no governo, também na lógica da austeridade. Pagam-se bem — é só isso que Os Verdes gostaria de dizer.

Sexta e última nota: entendo que o Sr. Primeiro-Ministro deveria querer ver confinada a avaliação do estado da Nação ao Parlamento. Mas não, Srs. Membros do Governo, lá fora há muita vida, e vida que interessa. Lá fora há vidas e pessoas que são diretamente afetadas pelas políticas nefastas que este Governo tem promovido. E que fique muito claro que o apoio que o Governo tem no Parlamento, definitivamente já não o tem lá fora.

Aplausos de Os Verdes e do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Ministro da Saúde.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Agora, que já ninguém tem tempo, é que fala!

O Sr. **Ministro da Saúde** (Paulo Macedo): — Sr.^a Presidente da Assembleia da República, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Governo assumiu como uma das suas políticas de saúde garantir um Serviço Nacional de Saúde (SNS) sustentável para os portugueses. E esta opção política foi assumida pelo Governo porque o SNS é indispensável à melhoria do nível de saúde dos portugueses e à concretização do acesso à saúde, especialmente importante em tempos de emergência nacional como os que vivemos.

Todavia, percorrendo os 12 de meses de Governo, destaque-se o ponto de partida do orçamento da saúde aprovado em 2010 para o ano de 2011, pela primeira vez reduzido em cerca de 600 milhões de euros, e com uma redução em 2012, na sequência dos compromissos assinados no âmbito do Memorando de Entendimento.

O aumento da despesa pública em saúde estava descontrolado, crescendo a ritmos muito superiores ao da riqueza gerada pelo País. Os sucessivos orçamentos retificativos, os hospitais em falência técnica, acrescentando o montante global das dívidas a fornecedores, de cerca de 3000 milhões de euros, determinaram uma perspetiva insustentável para o Serviço Nacional de Saúde.

Nesta trajetória, efetivamente, o SNS encontrava-se bloqueado por ameaças de credores, com a eminente interrupção de fornecimentos, de recusa de tratamentos e de transportes de doentes não urgentes. Este ambiente de ameaça permanente conduziria à quebra de valor na saúde e criaria um risco de colapso. Por esta via, o caráter geral e universal ficaria ameaçado e os indicadores de saúde degradar-se-iam.

O Governo tem tomado opções políticas claras para que o sistema de saúde esteja ao serviço do cidadão, e os milhões de portugueses que utilizam o Serviço Nacional da Saúde sabem que este serviço público lhes está, hoje, a dar resposta.

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Está, está!...

O Sr. **Ministro da Saúde**: — Além do rigor que a ajuda do exterior nos impõe, além do que os portugueses nos solicitam, temos a exigência de entregar às gerações seguintes um legado livre de ónus e de compromissos insustentáveis.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É com este propósito que garantimos que o Governo está atento às implicações da crise na saúde dos portugueses e pretende monitorizar de perto estes impactos, quer internamente, através da Direção-Geral da Saúde e do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, quer através da Comissão Europeia.

Face ao cenário de disrupção, o Governo tinha várias alternativas, mas optou por prosseguir um caminho fundado na melhor utilização da capacidade instalada do Serviço Nacional de Saúde e internalizou a realização de atos de diagnóstico mediante a capacidade instalada, optando politicamente por manter os grandes hospitais com a sua natureza pública.

O Governo alargou ainda a garantia de acesso aos mais desfavorecidos: os utentes que estavam isentos do pagamento de taxas moderadoras continuam isentos, outros obtiveram esse benefício e passaram a ter um acesso ao medicamento sem paralelo na história recente.

Conseguimos já introduzir mecanismos equitativos na despesa de saúde, afetando os intervenientes mais poderosos, como a indústria farmacêutica, com a transferência dos rendimentos dos mais fortes para os cidadãos e para o Estado, tendo também reduzido margens comerciais, como acontece nas farmácias, nas análises clínicas, na área da imagiologia.

O modelo de financiamento do SNS mantém-se solidário através de impostos progressivos; as taxas moderadoras continuam abaixo dos cerca de 1,7% da despesa, fruto do aumento das isenções praticadas.

Cumpriram-se as medidas do Memorando e concretizaram-se opções políticas sectoriais, como o reforço dos cuidados primários, a diminuição do peso dos hospitais, a abertura de diversos centros de saúde, como os de Barrancos, de Portimão, de Baião, de Mem Martins, a par de muitos que se seguirão, como o da Quinta do Conde, este mês, o do Martim Moniz, o de Vila Viçosa, o de Portel e muitos outros.

Está em curso a reforma hospitalar, difícil, mas indispensável, e a reforma da política do medicamento, com o aumento significativo da quota de genéricos.

Destaca-se, sobretudo, a garantia do médico de família assegurado aos cidadãos, com o recrutamento, já este ano, de mais 250 médicos de Medicina Geral e Familiar, que, em cerca de três anos, permitirão que mais um milhão de portugueses tenha médico de família.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A sustentabilidade do SNS só é garantida se houver, no entanto, um conjunto de reformas estruturais. Estas reformas estão a ser feitas, como é do conhecimento, na área da política do medicamento, na rede de cuidados primários e na rede hospitalar. São estes os eixos fundamentais da ação do Governo, determinados com uma aposta decisiva na promoção de saúde e na prevenção de doença, permitindo assim assegurar um SNS sustentável para o futuro.

As opções são difíceis. No concreto, há medidas que desagradam a muitas entidades, há desconforto e perdas de rendimento, mas também há propostas e alternativas que visam corrigir os desequilíbrios do Serviço Nacional de Saúde.

As fragilidades da situação corrente são por todos conhecidas e o Governo, num ano particularmente exigente, tem procurado um equilíbrio difícil para minimizar o impacto sobre a população das restrições orçamentais complexas com que vivemos.

Importa lembrar que na área hospitalar concentrámos e organizámos, abrimos novas unidades de cuidados continuados e novos hospitais, como é o caso do hospital de Loures ou o início das consultas externas no hospital de Amarante, cujo custo provém exclusivamente do Orçamento deste Governo.

Introduzimos a prescrição por princípio ativo e desenvolvemos a implementação da receita eletrónica, entre outros. Desenvolvemos pensamento estratégico e profissional sobre diversos domínios, como as normas de orientação clínica, o internato médico, o transporte de doentes não urgentes, a informatização clínica, entre outros.

Apresentámos metas e objetivos a atingir em oito áreas primordiais, como a prevenção e o controlo do tabagismo, a promoção de alimentação saudável, doenças cardiovasculares, doenças oncológicas, saúde mental, diabetes, doenças respiratórias e infeção VIH/SIDA.

Apostámos na informatização mediante legislação sobre bases de dados do SNS, a qual era inexistente: a criação de uma plataforma integrada de dados de saúde entre profissionais, cidadãos e instituições, que foi lançada na região Norte; a desmaterialização da receita eletrónica; o sistema de informação dos certificados de óbito; o combate à fraude, entre muitos outros.

Mas temos que prosseguir. Estamos convictos no caminho da mudança. Não nos desviaremos das medidas necessárias para poder garantir aos portugueses a sustentabilidade do seu mais precioso serviço público.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O estafado *slogan* da visão economicista da saúde, arremessado sempre que se fala em racionalizar ou em ser exigente na afetação dos dinheiros públicos, que são de todos nós, ou o agitar de fantasmas demagógicos, como o das privatizações ou o de que a saúde não é um negócio, é um lugar tão comum como ridículo. De facto, a saúde não é um negócio para o Estado, mas é um negócio para muitos que vivem à custa dela há muitos anos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Neste desiderato contamos com a exigência dos portugueses, contamos com os profissionais. O Governo fará a sua parte.

A atual conjuntura económica do País, naturalmente difícil, exige que tenhamos compromissos claros e assumidos sobre que iniciativas se devem seleccionar e quais se querem desenvolver.

Não tenhamos ilusões: as consequências de nada fazer ou de atender aos interesses individuais de todos e de cada um seriam, sem margem para dúvidas, bastante mais perniciosas do que o esforço a suportar pelos custos do ajustamento.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Hoje, realiza-se uma greve marcada pelos sindicatos médicos, que respeitamos.

Vozes do PCP: — Ah! Finalmente!

O Sr. **Ministro da Saúde:** — Neste domínio, tendo em atenção as reivindicações dos médicos, continua o Governo empenhado na abertura de concursos para preenchimento de vagas de especialidades médicas, concursos estes sem qualquer paralelo no últimos anos, e no descongelamento de concursos que se encontram congelados, uns desde 2002, outros desde 2005, e que este Governo irá reabrir.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Comprometemo-nos formalmente com o reforço das carreiras do SNS.

Comprometemo-nos formalmente com o pagamento mínimo a enfermeiros, a médicos e a outros profissionais, com o valor base que esteja com acordo coletivo de trabalho.

E comprometemo-nos, ao contrário do que parece ter sido agora descoberto por alguns esquecidos ou menos ilustrados, no que respeita aos concursos para compra de horas, que os mesmos apenas terão um carácter excecional e não o crescimento que tiveram nos últimos anos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Estamos disponíveis para dialogar e negociar com a indústria, com as empresas de análises clínicas, com as autarquias, com as farmácias, com os bombeiros, com os enfermeiros, com os médicos. Mas uma coisa é certa: a sustentabilidade da proteção à saúde dos portugueses estará sempre primeiro.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente:** — O Sr. Deputado Bernardino Soares inscreveu-se, mas não dispõe de tempo.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sr.^a Presidente, peço a palavra.

A Sr.^a **Presidente:** — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sr.^a Presidente, queria perguntar ao PSD se não me quer ceder o minuto que ainda tem.

Vozes do PSD: — Ah!...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — E, naturalmente, a Mesa teria que dar mais algum tempo ao Sr. Ministro da Saúde, para responder. E digo-o porque o Sr. Ministro inscreveu-se — naturalmente, de forma legítima — nesta fase do debate e penso que era útil que pudesse haver perguntas e respostas sobre as importantes questões que o Sr. Ministro nos trouxe.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Deputado Bernardino Soares, o PSD assinala à Mesa que não haverá essa concessão de tempo.

Protestos do PCP.

Srs. Deputados, estão inscritos, para pedirem esclarecimentos ao Sr. Ministro da Saúde, os Sr. Deputados António Serrano (PS) e Miguel Santos (PSD).

Sendo assim, tem a palavra, para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado António Serrano.

O Sr. **António Serrano** (PS): — Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro: O País, na área da saúde, assiste a horas difíceis. Vive-se, hoje, à beira do caos na área da saúde, mas o Governo acha que está tudo bem.

Temos menos consultas, menos urgências, menos pessoas no hospital de dia, menos cirurgias, menos 25% de transplantes; hoje, as reservas de sangue estão em rutura permanente; as IPSS não recebem, há muito; as unidades de cuidados continuados concluídas não abrem.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **António Serrano** (PS): — O Governo não foi capaz de evitar uma greve durante uma negociação; interrompeu a negociação, abrindo um concurso para contratar 2,5 milhões de horas médicas, à peça; a Lei dos Compromissos está a estrangular os hospitais, correndo o risco de paralisia; a ADSE está a financiar, em 20%, o sistema privado, mas o Governo acha que está tudo bem!

Pergunto ao Governo se está disponível para rever a Lei dos Compromissos e para rever o financiamento do sistema privado através da ADSE.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente**: — O Sr. Ministro da Saúde informou a Mesa que responderá, em conjunto, às perguntas que lhe forem formuladas pelos Srs. Deputados, pelo que dou a palavra ao Sr. Deputado Miguel Santos, do PSD.

O Sr. **Miguel Santos** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Bernardino Soares, efetivamente, é preciso gerir os tempos, não é verdade? Devia ter deixado algum tempo para o fim.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Vamos ver como é que o senhor gere o seu!

O Sr. **Miguel Santos** (PSD): — Quando este Governo foi empossado, o SNS estava comprometido, capturado por responsabilidades financeiras, sem controlo.

Nos primeiros meses de governação, o ambiente no setor da saúde foi de preocupação sobre a necessidade de concretizar reformas, pleno de denúncias sobre os desequilíbrios e as lacunas. As corporações, a indústria, as farmácias, as classes profissionais declararam as suas intenções de envolvimento e de contribuição, com propostas de alteração do *status quo* que comprometia o presente e o futuro do SNS.

Na verdade, quando este Governo e esta Assembleia começaram a aprovar e a implementar as reformas iniciaram-se as previsíveis reações.

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Miguel Santos** (PSD): — Foi a descida da margem de lucro das farmácias, a implementação da denominação comum internacional, a redução de 300 milhões de euros à indústria, a prescrição eletrónica, o combate à fraude e o fim da contratação de horas a médicos, que acontecia, de forma casuística e disseminada por todo o País, ao longo de muitos anos, sob a alçada de responsáveis que se encontram aí sentados...

Vozes do PSD: — Muito bem! Exatamente!

O Sr. **Miguel Santos** (PSD): — ... e que, agora, foi sujeita a um concurso transparente, em que se reduz, inclusive, o número de horas da prestação a contratar.

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Miguel Santos** (PSD): — Foi a revisão das taxas moderadoras que abrangeu mais um milhão de isentos, Sr. Deputado António José Seguro, tal como os reformados, os aposentados, os idosos que têm rendimentos inferiores a 628 €, o que é bastante mais que os 485 € para a isenção, quando o Sr. Deputado se sentava ali atrás, na sua bancada, e estava silenciosamente a apoiar o anterior governo.

Aplausos do PSD.

Foi a revisão do preço do medicamento, a remoção de barreiras à entrada de genéricos no mercado, a abertura de dezenas de unidades de saúde familiar.

A Sr.^a **Presidente:** — Queira terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Santos** (PSD): — Vou terminar, Sr.^a Presidente.

Foi o pagamento de 1500 milhões de euros da dívida acumulada, uma enorme evolução no setor da saúde que visa a sua sustentabilidade e solidariedade social.

Médicos, enfermeiros auxiliares, farmacêuticos, farmácias, hospitais, setor social, fornecedores, autarcas, quicá todos têm razão, quicá também foram vítimas de anos de promessas vãs.

A Sr.^a **Presidente:** — Queira terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Santos** (PSD): — Quem não se recorda da anterior Ministra da Saúde, que nem o valor do défice do seu orçamento ela conhecia?!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Miguel Santos** (PSD): — A este Governo cabe decidir, tomar decisões emergentes excecionais e implementar equilíbrios, decisões ponderadas mas que dependem da colaboração e do contributo de todos os agentes.

A Sr.^a **Presidente:** — Queira terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Santos** (PSD): — Vou terminar, Sr.^a Presidente.

Também há alguns anos governou uma senhora Ministra da Saúde, plena de coragem e de determinação: chama-se Leonor Beleza e as coincidências só existem quando são fortuitas. A história não se repete, mas

este Governo, o Sr. Ministro da Saúde e esta bancada estão absolutamente determinados e com ponderação e negociação cumpriremos o desígnio para o qual formos mandatados.

Muito obrigado pela tolerância, Sr.^a Presidente.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Isto, afinal, era uma intervenção!

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Ministro da Saúde, tem a palavra para responder.

O Sr. **Ministro da Saúde**: — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado António Serrano, de facto, não achamos que está tudo bem na saúde e uma das razões por que não está tudo bem na saúde é porque a maior dotação que já foi dada para a saúde, de 1500 milhões de euros, tem de ser usada para pagar dívidas passadas e não para utilizar no corrente.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Contas de merceeiro!

O Sr. **Ministro da Saúde**: — Relativamente à questão dos concursos para aquisição de horas, o que este Governo fez foi tornar transparente uma realidade que estava disseminada pelo País e sem qualquer critério, pois, como todos os Srs. Deputados sabem, isto era feito por ajuste direto.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Os concursos de prestação de horas não são política deste Governo.

Protestos do PCP.

O que é política deste Governo é a diminuição dos mesmos, é a transparência, quando eles ocorrerem, e é estabelecer valores mínimos/hora, com que já nos comprometemos. E ainda mais, como já foi referido, é contratar profissionais de saúde por tempo indeterminado, sempre que eles existam, sejam eles enfermeiros, como no caso da ARS Lisboa,...

Aplausos do PSD.

... sejam médicos, como no caso de Medicina Geral e Familiar, em que já anunciámos que abriremos vagas — mais de 1000 vagas, este ano, e mais de 1000, para o próximo ano —, dando uma perspetiva de absorção para os quadros públicos, sem paralelo, nos últimos anos.

Aplausos do PSD.

Relativamente aos transplantes, Sr. Deputado, vale a pena contarmos a história toda. Não há ninguém que não saiba que os transplantes têm diminuído porque os acidentes rodoviários têm diminuído, diminuindo a recolha de órgãos por esse facto. Por outro lado, quando se fala de transplantes, também vale a pena lembrar que, ao contrário do que acontecia há um ano, hoje, já temos transplantes pediátricos em Coimbra.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Por último, referindo-me àquilo que disse o Sr. Deputado Miguel Santos, queria dizer que, de facto, em junho e julho, conseguimos, pela primeira vez, baixar a dívida acumulada da saúde. Conseguimos cumprir o

acordo com a Apifarma, pelo que estamos a baixar a dívida em termos acumulados, pela primeira vez, desde que aconteceu, há um ano atrás.

Uma última menção a uma coisa muito importante, de facto, ao sangue. Felizmente, hoje, as reservas de sangue estão outra vez acima das 8000 unidades e, portanto, estamos melhor. Mas não é isso que nos descansa porque, designadamente num dia como hoje, em que muitas pessoas não se dirigiram aos centros de saúde e aos hospitais, é preciso lembrar aos portugueses que dar sangue é algo que é diário, e por isso é que estamos numa situação de permanente necessidade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não cortassem a isenção das taxas!

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Trataram os dadores como lixo!

A Sr.^a **Presidente**: — Inscreveu-se, para intervir, o Sr. Deputado António José Seguro, que dispõe de tempo para esse efeito. Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Estamos a chegar ao final deste debate do estado da Nação, onde cada uma e cada um das Sr.^{as} Deputadas e dos Srs. Deputados que aqui usaram da palavra, bem como o Sr. Primeiro-Ministro e o Sr. Ministro da Saúde, transmitiram a sua leitura do estado da Nação, leituras necessariamente divergentes, porque cada um e cada um de nós, nesta Casa, tem uma perspetiva diferente sobre a realidade do País.

A História julgará cada uma das intervenções, mas quem está em casa exige ao Governo e aos partidos da oposição propostas para diminuir as suas dificuldades e os seus sacrifícios. Foi o que aqui fizemos esta tarde.

Concluimos este debate, pelo menos até ao encerramento, com duas propostas concretas, oriundas do Partido Socialista. Falo, em termos concretos, de uma agenda para o crescimento e para o emprego e falo de um programa específico de apoio à recapitalização das pequenas e médias empresas, em Portugal.

O financiamento das nossas empresas é, neste momento, decisivo. Quem não o compreender — desculpem que vos diga —, não compreende a situação por que passam milhares de empresários que dedicam a maior parte do seu esforço a tentar resolver problemas de tesouraria.

Se temos dinheiro disponível, no apoio que a troica está a fazer a Portugal, não compreendo como é que o Governo e a maioria não apoiam a proposta do Partido Socialista no sentido de uma parte desse dinheiro, que não está a ser utilizado, poder ser colocado ao serviço da nossa economia, das pequenas e médias empresas, para ajudar à sua recapitalização.

É que as nossas empresas — estou a falar das empresas viáveis, daquelas que têm condições e capacidade instalada para investir e para produzir — têm dificuldades de acesso ao crédito, têm dificuldades para se financiarem.

Pois bem, o desafio que lanço ao Governo, ao Sr. Primeiro-Ministro, ao Sr. Ministro das Finanças, ao Sr. Ministro da Economia, é que possam juntar-se a esta proposta do Partido Socialista para convencer a troica a ajudar as nossas empresas.

Aplausos do PS.

E quando, hoje, aqui repeti que queremos mais tempo para o nosso Programa de Ajustamento, não é por facilitismo, porque eu tenho um ano de liderança no Partido Socialista e nenhum desses dias foi um dia de facilitismo nem de facilidade.

Risos e protestos do PSD e do CDS-PP.

Foi de grande exigência e de grande responsabilidade.

Aquilo que quero, hoje, aqui dizer é que não defendi em julho, nem em agosto, nem em setembro, mais tempo para o ajustamento; defendi-o no final de outubro, e o Sr. Primeiro-Ministro e o Sr. Ministro das Finanças sabem muito bem porquê: porque o Sr. Primeiro-Ministro anunciou ao País que tinha que fazer um ajustamento superior àquele que estava previsto no memorando de maio, em mais 4000 milhões de euros, e, em segundo lugar, a previsão para o crescimento da economia na zona euro, em maio, era de 2% e, na altura, caiu para cerca de 0%.

O raciocínio é simples: se a realidade mudou numa área económica para onde exportamos dois terços dos nossos produtos e se o valor do nosso ajustamento é superior, por que é que não deveríamos beneficiar de mais tempo para podermos fazer o ajustamento das nossas contas públicas?

Aplausos do PS.

Não está em causa, Sr. Primeiro-Ministro, facilidade nem facilitismo, muito menos não honrar nem incumprir os nossos compromissos.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Está, está!

O Sr. **António José Seguro** (PS): — O que está em causa é uma leitura diferente da realidade, o que está em causa é um caminho diferente para sairmos dessa crise. E foi esse caminho e essa leitura, com esta seriedade, que nós aqui reafirmámos durante o debate desta tarde.

Há ainda outra coisa que quero dizer: o Sr. Primeiro-Ministro pode dar as instruções que quiser aos seus porta-vozes, mas o nosso sentido de responsabilidade perante o País vai manter-se. Nós continuaremos fiéis à nossa história, ao nosso percurso e à defesa do interesse nacional.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Sr. Primeiro-Ministro, não é por hoje a realidade nos dar razão que o senhor deve ficar incomodado e recorrer ou mandar recorrer ao insulto fácil e baixo para atacar o Partido Socialista.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente**: — A Mesa não regista mais inscrições que não a do Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, para intervir no encerramento deste debate.

Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, tem a palavra.

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros** (Paulo Portas): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O texto e o contexto deste debate do estado da Nação é tratar-se do primeiro debate desta natureza que ocorre numa circunstância exceção — Portugal foi, como Estado, incapaz de garantir a sua solvência e, ainda no quadro do anterior governo, teve de pedir assistência externa, assinou um conjunto de compromissos e perdeu, transitoriamente, uma parte da sua soberania.

É o que acontece quando a prudência na gestão das contas públicas é substituída pela política de gastar acima do que podemos e endividar acima do que devemos.

Portugal é o mais velho Estado-Nação com fronteiras estáveis na Europa e isso constitui uma inspiração e uma responsabilidade. A nossa história prova, abundantemente, duas coisas: a dependência do financiamento externo por incapacidade própria ou é superada com rigor e nos serve de emenda ou ameaça os bens mais preciosos da nossa liberdade como Nação e da nossa viabilidade como País. Mas, se este é o risco, que não nos falhe a audácia de outra memória: os portugueses sempre se superaram enquanto Nação, quando tudo parecia perdido, e sempre resgataram a nossa dignidade e a nossa força como Estado quando tudo parecia dolorosamente difícil.

Em certo sentido, a primeira mensagem a deixar neste debate do estado da Nação é simples: exatamente neste período em que o Estado está limitado na ordem internacional, é aqui e agora que mais precisamos de

uma Nação que se levanta na sua responsabilidade, de uma Nação que se une na sua atitude, de uma Nação que valoriza o melhor do seu potencial, de uma Nação que se entreaajuda na atenção a quem mais sofre, numa palavra, de uma Nação que exprime, no século XXI, em liberdade e em democracia, uma indomável vontade de vencer esta crise.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Os portugueses sabem que foi o Estado que criou este problema. Os portugueses também sabem que a nossa dignidade depende de um esforço que não pode fracassar e em que ganhamos ou perdemos todos, pela simples razão de que é a viabilidade financeira e, portanto, a viabilidade económica e, portanto, a viabilidade social de Portugal que estão em causa.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É por isso que não vale a pena exacerbar divisões, mas vale a pena, todos os dias, ter abertura política para consensos alargados e ter uma prática de diálogo social para compromissos importantes. Ocorre, por isso, sedimentar a esperança no único critério válido para fazer opções construtivas: o critério do realismo.

Nesta Câmara, legitimamente, e por vontade do povo, estão partidos que nem aceitaram, a seu tempo, conversar com os nossos credores, nem conseguem explicar o que sucederia agora, caso rompêssemos com os nossos credores. Essa questão, que sempre lhes parece um detalhe — mas onde iria Portugal buscar o dinheiro para pagar salários e pensões caso não nos emprestassem o dinheiro que, levianamente, o Estado consumiu e exauriu? —, fica sempre por explicar.

Ora, os portugueses são um povo antigo e, por isso mesmo, providos de um meridiano bom senso. Que ganhávamos nós, Portugal, em acrescentar aventuras ao que já é difícil, riscos ao que já é problemático, incertezas ao que já é doloroso?

Ir por esse caminho é, simplesmente, abrir o fosso da autarcia em plena globalização, do caos institucional em plena carência de estabilidade na moeda e da miséria, uma miséria que levaria décadas a corrigir. Uma coisa é fazer sacrifícios para recuperar Portugal, outra seria isolar Portugal dos seus credores, do euro e das soluções para toda a União Europeia.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Os portugueses que trabalham e os portugueses que empregam, os portugueses que sofrem e os portugueses que estão a passar mal são os mais realistas de todos. Querem que este período difícil termine antes e não depois e que o Portugal pós-crise seja um país com oportunidades, portanto, muito mais moderno, competitivo, atraente e solvente. Não acreditam, certamente, que excesso de défice se corrija com mais défice ou que excesso de dívida se resolva com mais dívida.

Risos do PCP e do BE.

O realismo pode resolver os problemas de Portugal, a utopia não resolverá, certamente.

Bem mais importante e distintivo para o caso português e a sua diferenciação é a existência, nesta Câmara, de três partidos largamente maioritários que, na verdade dos factos, sabem o que é governar e devem saber qual é a margem que a realidade e o realismo nos dão em cada momento: o PS, porque encabeçava o Governo que pediu ajuda externa, e o PSD e o CDS, porque tiveram o patriotismo de perceber que, sem essa ajuda, devida a causas de que discordavam profundamente, era a própria viabilidade do País que entraria em colapso. O facto de cada qual exercer a sua insubstituível função constitucional — no Governo ou na oposição — não esmorece o dever de sermos intelectual e politicamente realistas quando fazemos as perguntas elementares neste primeiro debate do estado da Nação em circunstâncias excepcionais.

Esclarecida a questão prévia — Portugal sempre teria de fazer um ajustamento na sua economia —, cumpre perguntar e responder, atrevendo-me a sugerir, apenas, que a experiência de um ano nos Negócios Estrangeiros possa subsidiar, quanto mais não seja pelo testemunho, esta reflexão necessária.

Primeira pergunta: um ano depois, está Portugal mais longe ou mais perto de uma declaração de insolvência que nos conduziria à cessação de pagamentos e ao desmoronar do sistema financeiro?

Sem ignorar as dificuldades, é muito clara a resposta: Portugal está bem mais longe desse precipício, e é notável o esforço que os portugueses fazem para conseguir esse progresso e garantir que esse mal maior não lhes acontecerá.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Dizer que Portugal andou para trás neste ano só é verdade no sentido em que Portugal estava, há um ano, em frente do precipício. Pretender que há uma regressão financeira implica, por exemplo, ignorar que, desde janeiro deste ano, se regista uma clara diminuição dos diferenciais de juro das obrigações portuguesas em todos os prazos: a 10 anos, essa diminuição é de 400 pontos base; a 2 anos, a queda do diferencial quase atinge 900 pontos base.

Segunda pergunta: um ano depois, a perceção internacional sobre Portugal melhorou, estagnou ou piorou?

Respeitando todas as diferenças ideológicas, que são o cimento da liberdade, e até a necessidade de cada qual ter a sua identidade estratégica, que não está em causa, apelo a um módico de bom senso. Se todas as instituições internacionais — a União Europeia, também o Banco Central Europeu, o Fundo Monetário Internacional, a OCDE, os países parceiros e amigos — elogiam Portugal como um país que está a fazer o caminho necessário, fará sentido, nós, portugueses, dizermos ou pensarmos, sobre a reputação internacional do nosso País, exatamente o oposto?

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sim!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Dois elementos são inescapáveis para ter rigor nesta análise. Há um ano, era frequente, era mesmo obsessivo, comparar, mencionar e fazer equivaler Portugal e a Grécia. Um ano depois, essa teoria simplesmente desapareceu. Não me compete julgar o comportamento de outros povos que, de resto, são Europa e todos queremos na Europa.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Mas, dito isto, quero dizer, nesta tribuna, que temos o maior orgulho na atitude específica, própria, não comparável e não homologável de Portugal e dos portugueses perante esta crise financeira na Europa.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Acrescento, até, o seguinte: em matéria financeira, não se aplica o princípio de «falem bem ou falem mal, o importante é que falem de nós». É um triunfo para Portugal que seja hoje, felizmente, bem mais raro ver, ou ler, ou ouvir, menções injustas ou negativas sobre o nosso País.

Terceira pergunta: estando Portugal a meio do caminho — muitas vezes, um caminho de pedras, inexorável, após a situação em que o País caiu —, é agora o momento para vacilar no essencial ou de dar guinadas radicais no cumprimento dos nossos compromissos? Não creio que seja prudente fazê-lo. O processo de ajustamento português tem nove avaliações. Já foram feitas quatro, que foram manifestamente positivas. Vamos a caminho da quinta. Será este o momento para desistir do essencial ou hesitar no que é crucial para a nossa credibilidade e para a nossa reputação? Sobretudo quando estarão também em análise as nossas transformações estruturais, vale a pena a oposição democrática ser tão pessimista...

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Pessimista?!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — ... e tão negativista, que até se esquece do contributo que ela própria deu para que reformas estruturais importantes pudessem ser aprovadas, sem a oposição de toda a oposição, ou com um consenso mais vasto? Por exemplo, para que Portugal tenha leis laborais onde contratar seja mais fácil e onde despedir, quando se justifica, não seja impossível,...

Protestos do PCP.

... a única forma de captar investidores e investimentos em economia aberta.

Vozes do PS: — Ah!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros:** — Ou, ainda, para que Portugal tenha uma regulação forte da concorrência, de modo a abrir os mercados a novos atores, a beneficiar o consumidor, em vez de permitir a proteção dos que já estão no mercado, ou a combinação, entre eles, de práticas ilegais.

É dificilmente compaginável a declaração de que se cumpre o Memorando e a revelação de que, ponto por ponto, afinal não devíamos cumprir ou que, reforma por reforma, afinal não devíamos reformar.

O Portugal dos mais jovens, o Portugal do futuro, não é partidário desse imobilismo nem quer ser refém desse corporativismo. Cumprir é, aliás, a única forma de livrar os jovens da hipoteca do futuro, que é a dívida. Reformar, é, aliás, o único caminho para Portugal ser mais inovador e ser mais moderno. Tenho esperança de que a oposição democrática se dê conta de que querer que tudo fique na mesma, num mundo em que tudo muda aceleradamente, é uma tentação que, se não é passadista, será, no mínimo, pouco contemporânea, pouco aberta e pouco sonhadora.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Quarta pergunta: Portugal tem mais margem de manobra para, como tem sido afirmado, melhorar e favorecer o processo de ajustamento, com a credibilidade que conquistámos a pulso, porque nos preocupámos em criar uma reputação fiável e confiável, ou seguindo a tese, mais oportunista do que oportuna de, perante as dificuldades que existem e que são reais, estar sistematicamente a pôr tudo em causa — um dia é o prazo, outro dia são as condições, noutro dia, ainda, as medidas?

Volto à defesa do realismo: a nossa credibilidade é a nossa margem de manobra. Estando escrito e sendo evidente a regra de que, na União Europeia, se aplicarão, em circunstâncias iguais, princípios iguais para todos, é ainda mais relevante que Portugal seja visto e percebido como um país que é parte da solução para o problema e não como um país que atua como se fosse parte do problema, sem se preocupar com a solução.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Quinta e última pergunta: sendo público, desde o final de 2010, que os anos de 2011 e 2012 seriam extremamente difíceis, sendo este um Governo que reconhece os problemas quando eles aparecem e existem em vez de criar ilusões que não resolvem nada — o primeiro e mais crucial desses problemas chama-se desemprego —, como ajudamos mais os desempregados e, em geral, os que são mais pobres? O essencial, para isso, é garantir que, no que de nós depende, o princípio do crescimento económico chega em 2013 e agir em todas as frentes para que haja condições de confiança no investimento e na criação de emprego.

A Sr.^a **Presidente:** — Queira terminar, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros:** — Terminarei, Sr.^a Presidente.

Sendo evidente que, também em política, há problemas que dependem de nós e outros que não dependem diretamente de nós — por exemplo, o que se passa noutros países do euro —, uma vez mais, devemos ser realistas. Em vez de prometer que o mundo vai mudar amanhã e que basta, para essa mudança, um discurso feito no debate do estado da Nação que, por magia, num ápice, muda a realidade de todo o continente europeu, façamos o nosso trabalho de casa e concentremo-nos naquilo que podemos fazer por nós próprios. Trabalhem para melhorar o financiamento da economia, o financiamento das empresas, a atratividade do País para o investimento e a comparabilidade de Portugal para esse mesmo investimento. Não neguem VV. Ex.^{as} o que tem sido feito, porque nós nunca nos negámos a aceitar as ideias dos outros.

Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Isso não muda o mundo daqui a um minuto, mas coloca-nos em condições de aproveitar ao máximo um ano de 2013 bem melhor do que aquele que vivemos.

Não desvalorizemos, aliás, o facto de as privatizações terem começado bem e a circunstância de as exportações terem resistido melhor. São sinais de antecipação de confiança, e a confiança é um bem essencial.

Protestos do PS e do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Queira terminar, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Termino, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Ministro, eu já permiti que se alongasse por estarmos no encerramento do debate.

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Termino, Sr.^a Presidente, como verá, em 15 segundos.

A Sr.^a **Presidente**: — Faça favor, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — O nosso critério é o realismo, a nossa atitude é o reformismo, o nosso método é a procura do compromisso e do consenso, o nosso objetivo, de todos, é um só: no final desta Legislatura, Portugal estará melhor do que o recebemos no início desta Legislatura.

Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, está encerrado o debate do estado da Nação. Cumprimento o Sr. Primeiro-Ministro e os Membros do Governo.

A próxima reunião plenária terá lugar amanhã, dia 13, quinta-feira, às 15 horas. Da respetiva ordem do dia constará um debate sobre as prioridades da presidência de Chipre do Conselho da União Europeia em conjunto com o debate sobre o relatório anual relativo ao acompanhamento da participação de Portugal no processo de construção da União Europeia.

Proceder-se-á também ao debate de urgência, requerido pelo Grupo Parlamentar do BE, sobre o mapa judiciário e o sistema prisional.

Serão ainda debatidos os seguintes diplomas: as propostas de lei n.ºs 75/XII (1.^a) — Procede à alteração do Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, 76/XII (1.^a) — Procede à terceira alteração ao Código da Execução das Penas e medidas privativas de liberdade aprovado pela Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro, e 77/XII (1.^a) — Altera o Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro, e os projetos de lei n.ºs 264/XII (1.^a) — Crimes da responsabilidade de titulares de cargos políticos ou de altos cargos públicos (PS) e 266/XII (1.^a) — Altera o Código de Processo Penal, estabelecendo a obrigatoriedade de assistência do arguido por defensor no inquérito e garantindo maior celeridade no julgamento da criminalidade de menor gravidade (PCP); a proposta de lei n.º 78/XII (1.^a) — Transpõe a Diretiva 2009/136/CE, na parte que altera a Diretiva 2002/58/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de julho, relativa ao tratamento de dados pessoais e à proteção da privacidade no setor das comunicações eletrónicas, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 41/2004, de 18 de agosto, e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 7/2004, de 7 de janeiro; a proposta de lei n.º 82/XII (1.^a) — Regula as atividades de distribuição, venda e aplicação de produtos fitofarmacêuticos para uso profissional e de adjuvantes de produtos fitofarmacêuticos e define os procedimentos de monitorização à utilização dos produtos fitofarmacêuticos, transpondo a Diretiva 2009/128/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro, que estabelece um quadro de ação a nível comunitário para uma utilização sustentável dos pesticidas; e a proposta de lei n.º 84/XII (1.^a) — Cria o tribunal arbitral do desporto (TAD), com competência

específica para administrar a justiça relativamente a litígios que relevam do ordenamento jurídico desportivo ou relacionados com a prática do desporto, e aprova a lei do TAD.

Está encerrada a sessão.

Eram 19 horas e 23 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.